

AVISOS

AVISO 1:

As licitações realizadas pela CAIXA ocorrem, exclusivamente, por meio eletrônico.

Para participar do certame, o interessado deve se cadastrar no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), conforme procedimento descrito no item 3 deste Edital, não sendo necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

AVISO 2:

O Portal de Licitações CAIXA - www.licitacoes.caixa.gov.br disponibiliza a ferramenta **Guarda de Documentos de Habilitação**, na qual o licitante deve anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

Ao manter seus documentos atualizados nessa ferramenta, o licitante não necessita realizar individualmente o upload dos documentos de habilitação, podendo participar de todos os certames em que tenha interesse, bastando selecionar os documentos do seu repositório e vinculá-los ao certame/ item do Edital desejado.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Acesse e conheça a PRSAC:

https://www.caixa.gov.br/Downloads/sustentabilidade/PRSAC_CAIXA.pdf

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação:

RESPEITO
HONESTIDADE
COMPROMISSO
TRANSPARÊNCIA
RESPONSABILIDADE

Acesse e saiba mais: [Código de Ética CAIXA](#)

Alô CAIXA

4004 0104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800 104 0104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101



Ouvidoria

0800 725 7474

EDITAL**CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES - CECOT****LICITAÇÃO CAIXA 0172/2026 – CECOT tipo MENOR PREÇO****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 30/06/2026**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, pela sua Centralizadora Nacional Contratações, representada por Licitador (empregado CAIXA designado por Portaria que realiza os procedimentos da Licitação CAIXA), divulga aos interessados a presente licitação.

Modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**

Tipo: **MENOR PREÇO**

Legislação aplicável:

- Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC
- Lei nº 13.303 de 30/06/2016
- Lei nº 8.429 de 02/06/1992.
- LC nº 123 de 14/12/2006.
- Decreto nº 8.538 de 06/10/2015.
- Decreto nº 11.462 de 31/03/2023.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação CAIXA deverá ser efetuado até às 14:00 horas do dia 10/07/2026 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.6** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às 14:30 horas do dia 10/07/2026, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às 14:30 horas do dia 10/07/2026, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta conforme tabela abaixo, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

ITEM	MATERIAL PROMOCIONAL	DATA	HORÁRIO
Item 1	Boné telado	13/07/2026	10:00 às 10:30 horas
	Boné em brim		

ITEM	MATERIAL PROMOCIONAL	DATA	HORÁRIO
Item 2	Boné premium	13/07/2026	11:00 às 11:30 horas
Item 3	Sacochila	13/07/2026	13:00 às 13:30 horas
Item 4	Camiseta de algodão	13/07/2026	14:00 às 14:30 horas
	Camisa Polo - Modelo 1		
	Camisa Polo - Modelo 2		
Item 5	Caneta – Modelo 1	13/07/2026	15:00 às 15:30 horas
	Caneta – Modelo 2		
Item 6	Sacola – Modelo 1 (P)	14/07/2026	10:00 às 10:30 horas
	Sacola – Modelo 1 (M)		
	Sacola – Modelo 1 (G)		
	Sacola – Modelo 2		
	Pasta A4		
Item 7	Mochila	14/07/2026	11:00 às 11:30 horas
Item 8	Cordão de Crachá	14/07/2026	13:00 às 13:30 horas
Item 9	Pin de Lapela	14/07/2026	14:00 às 14:30 horas
Item 10	Caderno com elástico	14/07/2026	15:00 às 15:30 horas
	Caderno capa dura		
	Caderno emborrachado		

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA até às 23:59 horas do dia 03/07/2026, exclusivamente por meio eletrônico, por umas das formas a seguir:

- Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link IMPUGNAÇÃO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR IMPUGNAÇÃO → registrar os argumentos e confirmar.
- Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “IMPUGNAÇÃO” → selecionar o botão “CADASTRAR IMPUGNAÇÃO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR IMPUGNAÇÃO”.

A decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 3 dias úteis contados do seu recebimento.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às 23:59 horas do dia 03/07/2026, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link QUESTIONAMENTO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR QUESTIONAMENTO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “QUESTIONAMENTO” → selecionar o botão “CADASTRAR QUESTIONAMENTO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR QUESTIONAMENTO”.

Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até 2 dias úteis antes da data da sessão pública.

O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

1 DO OBJETO

- 1.1 Registro de Preços para fornecimento de materiais promocionais, brindes e presentes institucionais, com abrangência nacional, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO II-A	PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS
ANEXO III	MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO IV	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO V	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
ANEXO VI	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DO LICITANTE

- 1.1.1 O objeto desta licitação está distribuído em 10 (dez) Itens, discriminados a seguir:

ITEM	MATERIAL PROMOCIONAL	QUANTIDADE
Item 1	Boné telado	30.000
	Boné em brim	50.000
Item 2	Boné premium	15.000
Item 3	Sacochila	20.000
Item 4	Camiseta de algodão	100.000
	Camisa Polo - Modelo 1	15.000
	Camisa Polo - Modelo 2	10.000
Item 5	Caneta – Modelo 1	50.000
	Caneta – Modelo 2	50.000
Item 6	Sacola – Modelo 1 (P)	2.000
	Sacola – Modelo 1 (M)	14.000
	Sacola – Modelo 1 (G)	4.000
	Sacola – Modelo 2	10.000
	Pasta A4	5.000
Item 7	Mochila	3.000
Item 8	Cordão de Crachá	20.000
Item 9	Pin de Lapela	30.000
Item 10	Caderno com elástico	30.000
	Caderno capa dura	30.000
	Caderno emborrachado	30.000

- 1.1.2 As empresas poderão participar do certame para um, mais de um ou para todos os Itens, sendo que cada Item representa um todo.

- 1.1.2.1 O(s) item(ns) **3, 7, 8 e 9** será(ão) reservado(s) à participação exclusiva de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e microempreendedor individual – MEI, conforme definido no item 2.2, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

- 1.1.3 As especificações do objeto, a quantidade total estimada, os locais de entrega e a forma de execução do objeto constam do(s) Anexo(s) I deste Edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Podem participar desta Licitação CAIXA as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que apresentem

toda a documentação legalmente exigida para habilitação, indicada no item 8, além de atender às demais exigências constantes deste edital.

- 2.1.1 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.
- 2.1.1.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal e Qualificação Econômico-financeira.
- 2.1.1.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → *Aba Manuais*.
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses previstas no §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.
- 2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE deve apresentar declaração nos termos do Anexo V, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.7.
- 2.3 Não é admitida nesta licitação a participação de empresas:**
 - 2.3.1 Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.4 deste Edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
 - 2.3.2 Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
 - 2.3.3 Organizadas sob a forma de cooperativas, tendo em vista que pela natureza dos serviços existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a empresa contratada, bem assim de personalidade e habitualidade, e por definição não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados.

- 2.3.4 Que não se enquadre(m) como MPE, conforme definição trazida no item 2.2, no caso do(s) item(ns) **3, 7, 8 e 9**.
- 2.3.5 Que estejam com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso ou impedidas de licitar e contratar com a União, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;
- 2.3.6 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 2.3.7 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.3.8 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.3.9 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.3.10 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.3.11 Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.3.12 Aplica-se a também a vedação prevista no item 2.3:
 - 2.3.12.1 À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
 - 2.3.12.2 A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
 - 2.3.12.3 Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo

de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o **Cadastro** no Portal de Compras Licitações CAIXA e efetuar o **Credenciamento** neste certame específico, seguindo os passos abaixo.

3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.

3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.

3.2 O CADASTRO é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acionar o botão ENTRAR → selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, o CELULAR, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.

3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.

3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.

3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - www.licitacoes.caixa.gov.br.

3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br → acionar o botão ENTRAR →

digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → definir a nova SENHA.

- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta LICITAÇÃO CAIXA, a interessada deverá providenciar o **CREDENCIAMENTO** ao certame até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login* e *senha* acionando o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “Credenciamento em Novos Certames” e marcar Comprador “CAIXA”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “Credenciamento”, selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação CAIXA.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do item 2.2, a licitante deve selecionar a opção “ME/EPP” na tela “Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica”, constante da opção “Credenciamento”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações CAIXA” no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todas as Licitações CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo

a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma Licitação CAIXA.

3.9 O link “*Credenciamento em novos certames*”, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “*Edital*”.

3.9.1 Ao clicar em “*Credenciar*” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “*Edital*” e a atividade “*Credenciamento*” caso ainda esteja no prazo.

4 DO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico – Licitações CAIXA, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.

4.2 Se o Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do certame, ele será suspenso e retomado somente após a comunicação via *e-mail* aos participantes.

4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.

4.4 Caberá à licitante:

4.4.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4.2 Comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk – 4004-0104 - Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-104-0104 - Demais localidades**, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.4.3 Solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.

- 4.4.4 Manter a gestão da documentação de habilitação que ficará anexada no repositório de documentos no CADASTRO DO FORNECEDOR no Portal de Licitações CAIXA.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Licitação CAIXA.

5 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1 A Proposta Comercial (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, no certame/item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.
- 5.2 A **Proposta Comercial com preço INDIVIDUALIZADO POR ITEM**, deverá ser anexada em cada item para o qual a licitante deseja concorrer, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
- 5.2.1 A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II) e corresponde ao VALOR GLOBAL POR ITEM que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
- 5.2.2 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:

- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), números de telefone e *e-mail*;
- 5.3.2 Preços UNITÁRIO(S), TOTAL(IS) e GLOBAL POR ITEM para fornecimento de materiais promocionais, brindes e presentes institucionais, individualizado por Item, de acordo com o modelo de proposta do Anexo II, atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.
- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos;
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.3 Descrição detalhada de cada item ofertado, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante;
- 5.3.4 Prazo de garantia dos materiais ofertados, não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do objeto pela CAIXA;
- 5.3.5 Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas.
- 5.3.6 **Declaração do licitante de que:**
- I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
 - II) Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de participação (item 2) e habilitação (item 8).
 - III) o(s) material(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);
 - IV) para fins de atendimento ao item 8.4.3.2.1 do edital, pretende participar dos seguintes itens [informar itens].
- 5.3.7 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.

- 5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-mail, a confirmação do recebimento.
- 5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO” → selecionar o certame/item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1.
- 5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada.

6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.
- 6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.3 As propostas classificadas pelo Licitador serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7.
- 6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da proposta comercial referida no item 5.3, com os respectivos valores adequados ao preço do lance vencedor, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:
- condições do item 6.5 e subitens; e
 - compatibilidade entre o preço ofertado e aqueles praticados no mercado, bem como a sua coerência com a execução do objeto desta licitação.

- 6.4.1 A proposta adequada deve ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA”, anexar os arquivos e confirmar.

6.5 Será desclassificada a proposta que:

- 6.5.1 Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;
- 6.5.2 Contenha vícios insanáveis;
- 6.5.3 Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;
- 6.5.4 Apresente preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;
- 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.5 Apresente preços superiores aos valores estimados pela CAIXA;
- 6.5.5.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global por item e unitário(s), que se apresentem superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do Anexo II-A.
- 6.5.5.1.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que o(s) preço(s) global por item e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela Caixa, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados.
- 6.5.5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.
- 6.5.6 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.

- 6.5.7 Não se enquadre como MPE, conforme definição trazida no item 2.2, no caso de apresentação de proposta para o(s) item(ns) **3, 7, 8 e 9**.
- 6.5.8 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.8 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.8.1 A CAIXA poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsídio ao julgamento, inclusive, no que se refere à apresentação de especificações claras e precisas, com a indicação de marcas, cores, formato, etc., e anexação de catálogos ou croquis ilustrativos para melhor identificação do material cotado, quando for o caso.
- 6.9 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.9.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência em www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “EFETUAR LANCES”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao PREÇO GLOBAL POR ITEM.

- 7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 16 deste Edital.
- 7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
 - 7.2.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
 - 7.2.2 No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
 - 7.2.3 Os lances a serem ofertados devem corresponder ao PREÇO GLOBAL POR ITEM.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.
 - 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
 - 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do

último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.
- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
- 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
- 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade de o licitante apresentar proposta de preço inferior ao do licitante mais bem classificado que não se enquadra como MPE.
- 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
- 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
- 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
- 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
- 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

- 7.10.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.
- 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço, objeto dessa licitação, conforme abaixo:
- I produzido ou prestado por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - II produzido ou prestado por empresas brasileiras;
 - III produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - IV produzido ou prestado por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.10.2.1 Para a conferência das ocorrências dos incisos acima, será realizada diligência e conferência do cadastro do licitante para ratificar as informações.
- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.11 Para todos os objetos, na apresentação das propostas ajustadas, não será admitida majoração de preços unitários e taxas:
- a) da proposta da fase de lances em relação à proposta inicial ofertada pelo licitante;
 - b) da proposta final negociada em relação à proposta da fase de lances ofertada pelo licitante;
 - c) da proposta final negociada em relação à proposta inicial ofertada pelo licitante, no caso da inexistência de fase de lances.
- 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br - acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link → “EFETUAR NEGOCIAÇÃO”.

- 7.13 Na etapa de negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.7, a proposta comercial com a descrição detalhada dos custos e com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas.
- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8 DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- habilitação jurídica;
 - qualificação técnica;
 - qualificação econômico-financeira;
 - regularidade fiscal federal;
- 8.1.1 O licitante deve anexar a documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS localizado no Cadastro do Licitante. Na Área Logada do Fornecedor, acesse o link “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**” e selecione o item desejado, acione o botão “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO**”, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão “**CONFIRMAR**”. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, realize a conferência e, para confirmar, acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.
- 8.1.1.1 Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um novo certame.
- 8.1.1.2 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.7.
- 8.1.1.3 As instruções para inserção dos documentos no Repositório de Documentos constam no “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br) ou na área pública do

Portal em FAQ e TUTORIAIS.

- 8.1.2 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista, caso exigida:

Nível I – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

Nível II – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica; quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.2 e subitens deste Edital.

Nível III – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal em âmbito federal e trabalhista;

Nível V – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

Nível VI – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.4 e subitens deste Edital.

- 8.1.3 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação do licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.

- 8.1.3.1 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.7.

- 8.1.3.2 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF será feita conforme item 9.2.

- 8.1.3.3 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.2 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

- 8.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- 8.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.3 A documentação relativa à regularidade fiscal federal consistirá em:

- 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.
- 8.3.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.3.4 A MPE que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.3.4.1 Na situação supra, será assegurado à MPE declarada vencedora, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, para comprovar a sua regularidade fiscal.

8.4 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

- 8.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 8.4.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do

balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.4.2.1 Para a licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o cálculo dos índices e demais condições de Qualificação exigidos serão obtidos a partir das informações do balanço do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.

8.4.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior aos valores abaixo discriminados, conforme o Item para o qual deseja concorrer:

Item	Material Promocional	Valor Máximo Estimado (R\$)	Patrimônio Líquido Mínimo – 10% (R\$)
Item 1	Boné telado	1.232.000,00	123.200,00
	Boné em brim		
Item 2	Boné premium	477.150,00	47.715,00
Item 3	Sacochila	193.000,00	19.300,00
Item 4	Camiseta de algodão	2.807.250,00	280.725,00
	Camisa Polo – Modelo 1		
	Camisa Polo – Modelo 2		
Item 5	Caneta – Modelo 1	918.500,00	91.850,00
	Caneta – Modelo 2		
Item 6	Sacola – Modelo 1 (P)	219.080,00	21.908,00
	Sacola – Modelo 1 (M)		
	Sacola – Modelo 1 (G)		
	Sacola – Modelo 2		
	Pasta A4		
Item 7	Mochila	254.520,00	25.452,00
Item 8	Cordão de crachá	84.200,00	8.420,00
Item 9	Pin de Lapela	139.800,00	13.980,00
Item 10	Caderno com elástico	1.944.000,00	194.400,00
	Caderno capa dura		

	Caderno emborrachado	
--	----------------------	--

- 8.4.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:
$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Total} (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$
- 8.4.3.1.1 Para o licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço da empresa, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei.
- 8.4.3.2 Caso seja de interesse do licitante concorrer para 02 ou mais ITENS, e a empresa apresente resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira, por ocasião da consulta no SICAF, o patrimônio líquido contábil a ser comprovado não poderá ser inferior à soma dos valores exigidos para cada ITEM, respectivamente.
- 8.4.3.2.1 Para fins de comprovação de atendimento ao item 8.4.3.2, o licitante deve apresentar declaração na proposta comercial informando os itens para os quais pretende participar.
- 8.4.3.3 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.
- 8.4.3.4 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:
- 8.4.3.4.1 Publicado em Diário Oficial; ou
- 8.4.3.4.2 Publicado em jornal, ou
- 8.4.3.4.3 Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
- 8.4.3.4.4 Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou
- 8.4.3.4.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.

8.4.3.4.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.4.3.4.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.

8.4.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.

8.4.5 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, somente nas licitações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para Compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

8.5 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.5.1 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante fornecido, de forma satisfatória, produtos compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, conforme descrito na Especificação do Objeto.

8.5.1.1 Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) o fornecimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do quantitativo estimado de cada item/material promocional, conforme quadro a seguir:

Item	Material Promocional	Quantitativo Estimado	Quantitativo Mínimo (10%)
Item 1	Boné telado	30.000	3.000
	Boné em brim	50.000	5.000
Item 2	Boné premium	15.000	1.500
Item 3	Sacochila	20.000	2.000
Item 4	Camiseta de algodão	100.000	10.000
	Camisa Polo – Modelo 1	15.000	1.500
	Camisa Polo – Modelo 2	10.000	1.000
Item 5	Caneta – Modelo 1	50.000	5.000
	Caneta – Modelo 2	50.000	5.000
Item 6	Sacola – Modelo 1 (P)	2.000	200
	Sacola – Modelo 1 (M)	14.000	1.400
	Sacola – Modelo 1 (G)	4.000	400
	Sacola – Modelo 2	10.000	1.000

	Pasta A4	5.000	500
Item 7	Mochila	3.000	300
Item 8	Cordão de crachá	20.000	2.000
Item 9	Pin de Lapela	30.000	3.000
Item 10	Caderno com elástico	30.000	3.000
	Caderno capa dura	30.000	3.000
	Caderno emborrachado	30.000	3.000

- 8.5.1.1.1 Caso o licitante participe para 2 (dois) ou mais itens, deverá comprovar no(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) apresentado(s) capacidade não inferior ao somatório das exigências de cada item para o qual esteja participando.
- 8.5.1.1.2 É permitida a soma de atestados, desde que, em conjunto, atendam aos quantitativos mínimos exigidos, de forma a não restringir a competitividade e assegurar a ampla participação de fornecedores.
- 8.5.1.1.3 A exigência dos atestados tem por finalidade comprovar a capacidade operacional da empresa para executar o objeto com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.
- 8.5.1.2 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser passíveis de comprovação por documentos fiscais válidos e/ou outros documentos, os quais poderão ser solicitados em fase de diligência, além de serem apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- 8.5.2 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre.
- 8.5.2.1 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira, bem como os documentos de procedência estrangeira emitidos em língua portuguesa devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.2.2 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016.

- 8.6 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.7 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada no item 8.7.1 ou 8.7.2 deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações CAIXA, no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do Licitador.
- 8.7.1 Para licitante credenciado e cadastrado em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
 - d) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, ambiental e climática (Anexo VI).
 - e) Declaração do Licitante (Anexo VII).
- 8.7.2 Para licitante NÃO credenciado e NÃO cadastrado em cada nível do SICAF:
- a) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
 - b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
 - c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal e trabalhista;
 - e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - f) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
 - g) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, ambiental e climática (Anexo VI).
 - h) Declaração do Licitante (Anexo VII).
- 8.7.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.7, que será comunicado via sistema na Área Logada do Fornecedor, em “NOTIFICAÇÕES”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, localizado na Área Logada do Fornecedor.
- 8.7.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “DOCUMENTAÇÃO”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.

8.7.4 As certidões apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.

8.7.5 O Licitador, mediante decisão fundamentada e registrada em ata, poderá realizar diligência para apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, contadas da solicitação do licitador, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos, cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

III- Aferição das condições de habilitação preexistentes à abertura da sessão pública, garantindo-se transparência e isonomia aos demais licitantes.

Parágrafo Primeiro - Na análise dos documentos de habilitação, o licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo VII - DECLARAÇÃO DO LICITANTE assinado.

8.8.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.

8.8.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 21.14 ou por assinatura física.

8.8.2.1 Em caso de dúvidas quanto à autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.

8.8.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da CECOT, situada na Rua Vinte e Quatro de Agosto, Nº 209, Torre 2, 2º andar, Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50040-190, no prazo de até 3 (três) dias úteis, após solicitação do Licitador.

9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso o licitante vencedor seja MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.9.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br. Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.3 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.
- 9.2 O Licitador efetuará a consulta “online” ao SICAF, para verificação da situação do licitante credenciado e cadastrado em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa a Declaração de “Situação do Fornecedor”.
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.7.
- 9.3 É assegurado ao licitante o envio de documentos complementares destinados a atualizar a validade daqueles com prazo expirado, ou para fins de confirmação de informações, conforme item 8.7.3.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de 02 (duas) horas a contar da solicitação pelo Licitador por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do Licitador.

- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório e somente será confirmada após a verificação da regularidade fiscal
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, além do SICAF, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo - www.portaltransparencia.gov.br;
 - ao CNCLIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br, em “Sistemas e Serviços” → “Cadastro Improbidade Administrativa” → “Consultar Requerido / Condenação: Retorna os requeridos cadastrados nos sistema, podendo-se detalhar as suas respectivas condenações”, selecionar esfera “*Todos(as)*”;
 - SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 9.6 **Não será habilitada a empresa que:**
- 9.6.1 Esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
- 9.6.2 Não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
- 9.6.3 Esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou esteja impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada

inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;

9.6.4 Deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;

9.6.5 Enquadrar-se em uma das situações previstas no item 2.3 deste edital.

9.7 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.6, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação dos demais proponentes, na ordem de classificação, sucessivamente até que um licitante atenda plenamente às exigências do edital.

9.8 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

9.9 Item(ns) reservado(s) à MPE:

9.9.1 Não havendo licitantes interessados, até o prazo de abertura das propostas, enquadrados como MPE para o(s) item(ns) reservado(s), a CAIXA poderá, a seu critério, prorrogar os prazos de credenciamento, proposta e lances com ampla participação para a contratação pretendida.

9.9.1.1 Não havendo licitantes habilitados enquadrados como MPE para o(s) item(ns) reservado(s), de acordo com as exigências editalícias, o(s) item(ns) será(ão) declarado(s) como fracassado(s), podendo a CAIXA realizar novo certame prevendo ampla participação para a contratação pretendida.

9.10 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, oportunidade em que os demais licitantes serão questionados, via Portal Licitações CAIXA – Área Logada do Fornecedor, em link específico do sistema – “Manifestar Interesse Cadastro Reserva”, sobre o seu interesse em igualar seu(s) preço(s) ao do mais bem classificado, para ser incluído no Cadastro Reserva, a manifestação deve ocorrer dentro da vigência do prazo estabelecido no agendamento, findo o qual não será mais conhecida a manifestação de interesse.

9.10.1 Os licitantes com propostas classificadas serão comunicados do agendamento do prazo para manifestação de interesse, via Notificação Recebidas, funcionalidade disponível na Área Logada do Fornecedor.

- 9.10.2 Concomitantemente, no ato da manifestação, aqueles que manifestarem interesse, devem anexar a proposta comercial com o preço devidamente ajustado ao valor ofertado e negociado pelo licitante mais bem classificado.
- 9.10.3 Os licitantes que manifestarem interesse em igualar o preço ao do licitante vencedor irão compor o anexo da Ata de Registro de Preços, em caráter de reserva, respeitada a ordem de classificação da Licitação CAIXA.
- 9.10.4 O não envio da nova proposta solicitada pelo Licitador na forma do item 9.10.2 impossibilitará o licitante de compor o cadastro reserva da Ata de Registro de Preços.
- 9.10.5 O licitante cujo preço estiver registrado em caráter de reserva somente será convocado para fornecer e/ou prestar serviço no caso de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada na ordem constante da Ata, ou no caso de liberação do compromisso assumido prevista no § 1º do art. 26 do Decreto 11.462/23, sempre obedecida a ordem de classificação constante da Ata de Registro de Preços.
- 9.10.5.1 Somente após a ocorrência de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada e com a convocação da empresa reserva serão efetuados os procedimentos relativos à habilitação desta empresa, constantes dos itens 8 e 9 do edital.
- 9.10.6 Os procedimentos constantes do item 10, referentes à solicitação e avaliação da amostra/protótipo da empresa que compõe o cadastro reserva e que eventualmente for convocada também somente ocorrerá no momento oportuno da convocação.
- 9.10.7 A apresentação de novas propostas na forma do item 9.10.2 não prejudicará em hipótese nenhuma o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA/PROTÓTIPO

- 10.1 A solicitação e a avaliação de amostras ou protótipos ocorrerão exclusivamente após a fase de julgamento da habilitação, sendo exigidas apenas do licitante vencedor ou da empresa integrante do cadastro reserva que venha a ser convocada, e antes da assinatura do contrato. Tal procedimento visa assegurar a conformidade do material ofertado com as especificações técnicas estabelecidas, sem restringir a competitividade do certame e em observância aos princípios da isonomia e da impessoalidade.
- 10.2 Quando formalmente convocada, a empresa deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, 04 (quatro) amostras de cada item de material promocional, sem qualquer ônus para a CAIXA, para fins de análise e aprovação.

- 10.3 As amostras deverão ser confeccionadas com base no leiaute ou arte a ser disponibilizado pela CAIXA, exclusivamente para avaliação da aderência técnica e da qualidade do material.
- 10.4 As amostras deverão ser entregues na unidade da GEPOC – GN Promoção e Cultura, no endereço abaixo, conforme orientações da convocação.
- 10.4.1 Endereço:
- GEPOC – GN Promoção e Cultura, localizada no endereço: SBS Quadra 4, Lote 3/4, 17º andar – Ed. Matriz I, Setor Bancário - Brasília/DF CEP: 70092-900 Telefones de contato: (61) 3206-9728, (61) 3206-9037 ou 3206-6938.
- 10.4.2 A embalagem deverá conter identificação clara e padronizada, incluindo:
- i. número do processo licitatório e data;
 - ii. identificação do item, tipo e modelo;
 - iii. razão social da empresa e contatos; e
 - iv. nome do responsável pelo envio das amostras.
- 10.5 As amostras serão avaliadas quanto à aderência às especificações técnicas do Termo de Referência, à qualidade dos materiais, à correta aplicação das logomarcas CAIXA e à adequação das embalagens para transporte e armazenamento.
- 10.6 Será considerado aprovado o material que atender integralmente aos requisitos definidos, sendo a apresentação prévia das amostras medida necessária para mitigação de riscos de fornecimento em desconformidade e de impactos à imagem institucional.
- 10.7 Em caso de reprovação, será concedido novo prazo de até 5 (cinco) dias corridos para ajustes e reapresentação das amostras.
- 10.8 Persistindo as inconformidades, as amostras serão rejeitadas em caráter definitivo, com consequente desclassificação da proposta.
- 10.9 A adjudicação do objeto ficará condicionada à aprovação das amostras, bem como será passível de desclassificação o licitante que deixar de apresentá-las ou o fizer fora do prazo estabelecido.
- 10.10 Durante a vigência contratual, a CAIXA reserva-se o direito de realizar avaliações dos materiais fornecidos, a fim de verificar sua conformidade com as amostras aprovadas, sem ônus adicional à contratada.
- 10.11 As amostras aprovadas servirão como parâmetro de conferência, podendo ser faturadas no primeiro pedido.

- 10.12 As amostras não aprovadas deverão ser retiradas pela contratada no prazo de até 7 (sete) dias úteis após comunicação formal.
- 10.13 É facultado aos participantes o acompanhamento da avaliação feita pela CAIXA, devendo os interessados realizarem a requisição formal pelo e-mail licitacoes.br@caixa.gov.br.
- 10.14 A fase de amostra poderá ser dispensada caso o bem/serviço já tenha sido homologado pela CAIXA e as especificações do objeto sejam idênticas as da presente licitação.

11 DOS RECURSOS

- 11.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(s) desta LICITAÇÃO CAIXA, será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br – acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “INTENÇÃO DE RECURSO” → selecionar o botão “INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO” → inserir a descrição argumentos → clicar em “ENVIAR”, no prazo de até 30 (trinta) minutos a partir da comunicação pelo sistema.
- 11.1.1 A recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar Razões de Recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 11.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 11.1.
- 11.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser registrados em campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link desejado RECURSO e/ou “CONTRARRAZÃO”, registrar os argumentos e confirmar.
- 11.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 11.1.1, importará a decadência do direito de recurso ficando o Licitador autorizado a declarar o licitante como vencedor da licitação.

- 11.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 11.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o resultado da licitação será submetido para homologação da autoridade competente.
- 11.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

12 DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

- 12.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 12.2 Após a homologação do resultado da licitação o licitante classificado em primeiro lugar terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra o presente Edital (Anexo III), podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela CAIXA.
 - 12.2.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pelo fornecedor convocado.
- 12.3 A recusa injustificada do primeiro classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, além de implicar a perda do direito ao registro de seu preço, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se o licitante às penalidades previstas no item 16 deste Edital.
- 12.4 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal federal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 12.5 Após a assinatura da Ata do Registro de Preços, o extrato será publicado no Diário Oficial da União, contendo o(s) fornecedor(es) e o(s) preço(s)

registrado(s), sendo que, a partir de então, poderão ser firmados os instrumentos contratuais, desde que no prazo de validade da Ata.

- 12.5.1 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumprido o requisito de publicidade.
- 12.6 A contratação formalizar-se-á mediante assinatura de instrumento particular pelo fornecedor mais bem classificado, observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora, conforme minuta de Contrato que integra este Edital (respectivamente, Anexos III e IV).
- 12.7 Fica impedida de ser contratada o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas no item 2.3.
- 12.8 A empresa com preço registrado que não for cadastrada no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis I, II, III e VI, como condição para assinatura do contrato.
- 12.9 No ato da assinatura da Ata, o licitante vencedor firmará a declaração de vedação ao nepotismo (Anexo III).
- 12.10 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexada ao final da minuta da Ata (Anexo III).
- 12.11 O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar o Contrato, conforme o caso, e devolvê-lo.
 - 12.11.1 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor, por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA.
 - 12.11.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preço podem ocorrer várias solicitações de execução do objeto, inclusive simultâneas.
- 12.12 Se o fornecedor primeiro colocado com preço registrado se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis, poderão ser convocados os fornecedores que compõem o cadastro reserva, obedecida a ordem de classificação na Ata.
 - 12.12.1 O fornecedor que compõe o cadastro reserva será convocado nos moldes do item 9.10.5, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1 O prazo de vigência da presente Ata será de 01 (um) ano, a contar de dd/mm/aaaa ou contado a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantagem do preço.
- 13.1.1 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.
- 13.1.2 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.
- 13.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a CAIXA a firmar contratações nas quantidades registradas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, não cabendo direito a indenização.
- 13.3 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas hipóteses previstas na minuta da Ata de Registro de Preços.

14 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 A Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes a serem firmados, cujas minutas (Anexo III e IV) integram o presente Edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15 DA FORMA DE PAGAMENTO

- 15.1 A CAIXA, após o fornecimento e exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços (Anexo III) e no Contrato (Anexo IV).

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
- I) multa;
 - II) suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 16.1.1 No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura dos Contratos o FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.
- 16.1.2 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados na minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO III).
- 16.1.3 O FORNECEDOR ficará sujeito a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas na Ata de Registro de Preços (ANEXO III).
- 16.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- I) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
 - IV) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - V) Deixar de entregar a documentação exigida;
 - VI) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - VII) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
 - VIII) Não manter a proposta;
 - IX) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - X) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- 16.3 As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

- 16.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 16.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.
- 16.6 A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

17 DOS ILÍCITOS PENAIS

- 17.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

18 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 18.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista na rubrica orçamentária 5306-07 “Despesas com Promoções e Relações Públicas”.

19 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

- 19.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 19.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual, e em decorrência dessa anulação os licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

20 DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

- 20.1 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.
- 20.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 20.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do FORNECEDOR:
- I) O FORNECEDOR será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas;
 - II) A CAIXA poderá optar pela extinção do contrato.

21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 21.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 21.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 21.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 21.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 21.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 21.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT, em Recife/PE.
- 21.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

- 21.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da licitação.
- 21.10 No caso de retificação do Edital que não implique sua republicação, o credenciamento e propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 21.10.1 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 21.11 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 21.12 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 21.13 Não é admitida a subcontratação para o objeto desta licitação.
- 21.14 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica do(s) representante(s) legal(is) nos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

22 DO FORO

- 22.1 Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro Contrato será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal de Pernambuco, Subseção Judiciária de Recife.

Belém/PA, 30 de junho de 2026.

Renato Corrêa Cancela
Licitador

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

- 1.1. Registro de Preços, com abrangência nacional, para o fornecimento de material promocional, brindes e presentes institucionais, distribuídos nos itens abaixo:

ITEM	MATERIAL PROMOCIONAL	UNIDADES
Item 1	Boné telado	30.000
	Boné em brim	50.000
Item 2	Boné premium	15.000
Item 3	Sacochila	20.000
Item 4	Camiseta de algodão	100.000
	Camisa Polo - Modelo 1	15.000
	Camisa Polo - Modelo 2	10.000
Item 5	Caneta – Modelo 1	50.000
	Caneta – Modelo 2	50.000
Item 6	Sacola – Modelo 1 (P)	2.000
	Sacola – Modelo 1 (M)	14.000
	Sacola – Modelo 1 (G)	4.000
	Sacola – Modelo 2	10.000
	Pasta A4	5.000
Item 7	Mochila	3.000
Item 8	Cordão de Crachá	20.000
Item 9	Pin de Lapela	30.000
Item 10	Caderno com elástico	30.000
	Caderno capa dura	30.000
	Caderno emborrachado	30.000

- 1.2. Os preços propostos deverão incluir as despesas referentes à compra, tributos, encargos sociais, documentos, manuseio, logística de entrega, e os demais ônus operacionais atinentes à entrega do produto/execução do objeto.
- 1.3. A fabricação, personalização e/ou customização dos materiais promocionais deverão obedecer estritamente às artes, padrões e especificações definidos e informados pela CAIXA.
- 1.4. Os pedidos decorrentes do Registro de Preços deverão respeitar o quantitativo mínimo a ser definido para cada item de material promocional registrado, de modo a garantir a viabilidade técnica, operacional e econômica da produção. A CONTRATADA somente estará obrigada a atender solicitações que observem o quantitativo mínimo estabelecido, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e no instrumento de registro, não sendo obrigatória a aceitação de pedidos em quantitativos inferiores ao mínimo estipulado:

ITEM	MATERIAL PROMOCIONAL	PEDIDO MÍNIMO (UNIDADES)
Item 1	Boné telado	1.000
	Boné em brim	1.000

ITEM	MATERIAL PROMOCIONAL	PEDIDO MÍNIMO (UNIDADES)
Item 2	Boné premium	1.000
Item 3	Sacochila	200
Item 4	Camiseta de algodão	1.000
	Camisa Polo - Modelo 1	1.000
	Camisa Polo - Modelo 2	1.000
Item 5	Caneta – Modelo 1	500
	Caneta – Modelo 2	500
Item 6	Sacola – Modelo 1 (P)	300
	Sacola – Modelo 1 (M)	300
	Sacola – Modelo 1 (G)	300
	Sacola – Modelo 2	300
	Pasta A4	300
Item 7	Mochila	100
Item 8	Cordão de Crachá	200
Item 9	Pin de Lapela	300
Item 10	Caderno com elástico	1.000
	Caderno capa dura	1.000
	Caderno emborrachado	1.000

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. A CONTRATADA deverá fornecer à CAIXA os itens abaixo, conforme especificações:

2.1.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 1

2.1.1.1. Boné telado

2.1.1.1.1. Quantitativo: 30.000 (trinta mil) unidades

2.1.1.1.2. Tamanho: Adulto

2.1.1.1.3. Especificações técnicas mínimas:

- Modelo: Boné Trucker
- Tecido principal: Super Cap
- Cor predominante: Azul-marinho ou outra cor a ser definida pela CAIXA
- Características Construtivas:
 - Parte frontal confeccionada em tecido Super Cap;
 - Parte traseira e laterais em tela estruturada, de modo que o boné mantenha sua forma e firmeza mesmo quando não estiver em uso, na cor palha ou outra cor a ser definida pela CAIXA;
 - Fecho traseiro com regulador em material plástico, na mesma cor da tela;
 - Botão superior forrado com o mesmo tecido Super Cap do corpo do boné, na cor azul-marinho ou outra cor a ser definida pela CAIXA;
 - Aba com costura na cor azul-marinho ou outra cor a ser definida pela CAIXA;

- Forro interno compatível com o acabamento do tecido Super Cap, na mesma cor do boné, garantindo melhor conforto e durabilidade.
- Personalização:
 - Frontal
 - Aplique emborrachado com elemento síntese “X”, com diâmetro de 6,5 cm, composto por três cores, ou outro elemento gráfico que venha a ser encaminhado posteriormente pela CAIXA, observando fielmente as artes finais aprovadas.
 - Lateral
 - Aplique em formato elíptico, medindo 5,5 cm x 2,5 cm, contendo a logomarca “CAIXA”, ou outra logomarca que venha a ser encaminhada posteriormente pela CAIXA, aplicada em negativo, por meio de técnica sublimada e acabamento bordado, conforme padrão institucional.

2.1.1.1.4. Imagem ilustrativa



2.1.1.2. Boné em brim

2.1.1.2.1. Quantitativo: 50.000 (cinquenta mil) unidades

2.1.1.2.2. Tamanho: Adulto

2.1.1.2.3. Especificações técnicas mínimas:

- Modelo: Boné de 6 (seis) gomos, com aba curva
- Material: Brim 100% algodão
- Cor predominante: Azul ou outra cor conforme padrão Pantone a ser definido pela CAIXA
- Características Construtivas:
 - Confeccionado integralmente em brim 100% algodão, garantindo resistência, conforto e adequada respirabilidade;

- Aba curva, com acabamento compatível com o padrão institucional de brindes e materiais promocionais da CAIXA;
- Botão superior forrado na cor laranja ou outra cor conforme padrão Pantone a ser definido pela CAIXA;
- Fechamento traseiro tipo strapback, em fita confeccionada no mesmo material e na mesma cor do boné;
- Fivela metálica com acabamento niquelado.
- Personalização:
 - Impressão da logomarca “CAIXA”, ou outra logomarca que venha a ser encaminhada posteriormente pela CAIXA;
 - Processo de personalização por Silk Screen;
 - A impressão deverá considerar:
 - Até 4 (quatro) cores para o fundo; e
 - Até 4 (quatro) cores para a impressão da logomarca;
 - Dimensões máximas da aplicação: 10,0 cm x 2,3 cm, respeitando rigorosamente as artes finais aprovadas pela CAIXA e o manual de identidade visual vigente.

2.1.1.2.4. Imagem ilustrativa



2.1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 2

2.1.2.1. Boné premium

2.1.2.1.1. Quantitativo: 15.000 (quinze mil) unidades

2.1.2.1.2. Tamanho: Adulto

2.1.2.1.3. Especificações técnicas mínimas:

- Modelo: Boné New York
- Material: Tecido tipo sarja peletizada, 100% algodão, ligamento tipo sarja 2x1, gramatura 234 g/m², com acabamento reativo + peletizado, conferindo toque macio e aspecto visual opaco.
- Cor predominante: Azul marinho ou outra cor conforme padrão Pantone a ser definido pela CAIXA.
- Design e Estrutura
 - Frente firme.
 - Composto por 6 gomos (painéis) costurados.
 - Aba curva com 8 linhas de costura para reforço e acabamento.
- Acabamento Externo
 - Costuras da aba: Aplicadas para reforço estrutural, estética e fixação das camadas internas (entretela).
 - Linha: 100% poliéster texturizado ou nylon 6.6 de alta resistência, espessura entre Tex 40 e Tex 60 (equivalente à linha Alfa 120 ou similar).
 - Costuras firmes, contínuas, acabamento limpo, sem rebarbas ou fios soltos.
 - Linha sem desfiamento, variação de cor ou rompimento sob esforço mecânico ou dobra.
- Acabamento Interno
 - Forro: Tecido Oxford leve, 100% poliéster, entre 90 e 120 g/m², aplicado nos painéis frontais ou em todo o boné para esconder costuras e reforçar estrutura.
 - Vinco: Dobragens padronizadas na borda inferior interna dos painéis, com reforço de costura linear, garantindo encaixe anatômico e estabilidade dimensional.
 - Viés: Tecido poliéster 20 mm (acabado), cor preta, costurado sobre junções internas entre painéis e aba, acabamento embutido sem rebarbas.
 - Ilhós: Bordado com linha 100% poliéster trilobal de alta resistência, brilho acetinado.
- Personalização
 - Duas personalizações em bordado, até duas cores, aplicadas na área frontal e traseira, adequadas para inserção das marcas CAIXA.
 - Dimensões:
 - Frontal: 3 x 1 cm
 - Traseira: 2,4 x 2 cm
 - Processo: Bordado computadorizado industrial, ponto cheio (satin fill ou tatami fill), densidade entre 0,40 e 0,50 mm.
 - Altura mínima dos elementos: 5 mm (garantindo legibilidade).
 - Linhas: 100% poliéster trilobal de alta resistência, brilho acetinado, espessura entre 120D/2 e 150D/2.
 - Bordado sem falhas, sem sobreposição de linhas, tensão regulada para evitar franzimento ou repuxo

2.1.2.1.4. Imagem ilustrativa



2.1.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 3

2.1.3.1. Sacochila

2.1.3.1.1. Quantitativo: 20.000 (vinte mil) unidades

2.1.3.1.2. Tamanho mínimo: 37 cm X 41 cm.

2.1.3.1.3. Especificações técnicas mínimas:

- Modelo: Mochila tipo saco, confeccionada em tecido Nylon 210 g/m², resistente e de boa durabilidade, indicada para uso como material promocional.
- Cor do Material: Azul ou outra cor conforme padrão Pantone a ser definido pela CAIXA.
- Sistema de Fechamento: Fechamento superior por cordão, na cor azul ou branca.
- Personalização:
 - Processo: Impressão em Silk Screen.
 - Logomarca: “CAIXA” ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA.
 - Quantidade de cores:
 - Até 4 (quatro) cores para o fundo;
 - Até 4 (quatro) cores para a impressão da logomarca.
 - Dimensão da impressão: 20 cm x 26 cm.

2.1.3.1.4. Imagem ilustrativa



2.1.4. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 4**

2.1.4.1. **Camiseta de algodão**

2.1.4.1.1. Quantidade: 100.000 (cem mil) unidades, sendo 95.000 (noventa e cinco mil) unidades nos tamanhos P, M, G ou GG e 5.000 (cinco mil) unidades nos tamanhos XGG, XXGG e XXXGG

2.1.4.1.2. Tamanhos:

Tamanhos Tradicionais:

P (50x67cm)
M (53x70cm)
G (56x73cm)
GG (59x76cm)
XGG (62x79cm)
XXGG (65x81cm)
XXXGG (68x84cm)

Tamanhos Baby Look:

P (46x58cm)
M (48x60cm)
G (50x62cm)
GG (52x64cm)

2.1.4.1.3. Especificações Técnicas mínimas:

Descrição do Produto: Camiseta promocional confeccionada em malha cardada fio 30.1, 100% algodão, com acabamento de qualidade, adequada para uso institucional e promocional.

Modelos:

- Masculino: Modelo tradicional T-Shirt;
- Feminino: Modelo tradicional Baby Look.

Características Técnicas:

- Gola: Careca;
- Mangas: Curtas, com acabamento em galoneira;
- Composição do tecido: 100% algodão;
- Gramatura/Fio: Fio 30.1 (malha cardada).

Cores das Camisetas:

- Branca, Azul institucional ou outra cor conforme padrão Pantone a ser definido pela CAIXA

Personalização:

- Processo: Impressão em Silk Screen;
- Logomarca: “CAIXA” ou outra arte institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- Quantidade de cores:
 - Até 4 (quatro) cores para o fundo;
 - Até 4 (quatro) cores para a logomarca.
- Dimensões das Logomarcas:
 - Frente: 20 cm (largura) x 20 cm (altura);
 - Verso: 11 cm (largura) x 11 cm (altura).

2.1.4.1.4. Imagens ilustrativas:



2.1.4.2. Camisa Polo – Modelo 1

2.1.4.2.1. Quantidade: 15.000 (quinze mil) unidades, sendo 14.000 (quatorze mil) unidades nos tamanhos P, M, G ou GG e 1.000 (mil) unidades nos tamanhos XGG, XXGG e XXXGG

2.1.4.2.2. Tamanhos:

Tamanhos Tradicionais:

P (50x67cm)

M (53x70cm)

G (56x73cm)

GG (59x76cm)

XGG (62x79cm)

XXGG (65x81cm)

XXXGG (68x84cm)

Tamanhos Baby Look:

P (46x58cm)

M (48x60cm)

G (50x62cm)

GG (52x64cm)

2.1.4.2.3. Especificações técnicas mínimas:

Descrição do Produto: Camisa modelo Polo, confeccionada em malha Piquet PA, com acabamento de qualidade, adequada para uso institucional e promocional.

Modelos:

- Masculino: Modelo polo tradicional;
- Feminino: Modelo polo Baby Look.

Características Técnicas da Malha:

- Composição: 50% poliéster e 50% algodão;
- Tratamentos:
 - Anti-pilling;
 - Proteção solar UV 50+;
- Gramatura: 200 g/m².

Cor da Camisa:

- Azul institucional, ou outra cor a ser definida e informada pela CAIXA.

Acabamentos:

- Punhos: Na mesma cor da malha;
- Peitilho: Sobreposto, com 3 (três) botões na mesma cor da malha.

Personalização:

A personalização deverá ser realizada por serigrafia Silk Screen com tinta base d'água, conforme especificações abaixo:

Peito Direito:

- Processo: Silk Screen base d'água;
- Cores: Até 4 (quatro) cores;
- Logomarca: "CAIXA" ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- Dimensão: 10 cm x 10 cm.

Peito Esquerdo:

- Processo: Silk Screen base d'água;
- Cores: Até 4 (quatro) cores;
- Logomarca: "CAIXA" ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- Dimensão: 10 cm x 10 cm.

Costas:

- Processo: Silk Screen base d'água;

- Cores: Até 4 (quatro) cores;
- Logomarca: “CAIXA” ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- Dimensão: Formato A4 – 21 cm x 29 cm.

2.1.4.2.4. Imagens ilustrativas:



2.1.4.3. Camisa Polo – Modelo 2

2.1.4.3.1. Quantidade: 10.000 (dez mil) unidades, sendo 9.500 (nove mil e quinhentas) unidades nos tamanhos P, M, G ou GG e 500 (quinhentas) unidades nos tamanhos XGG, XXGG e XXXGG

2.1.4.3.2. Tamanhos:

Tamanhos Tradicionais:

P (50x67cm)
M (53x70cm)
G (56x73cm)
GG (59x76cm)
XGG (62x79cm)
XXGG (65x81cm)
XXXGG (68x84cm)

Tamanhos Baby Look:

P (46x58 cm)
M (48x60cm)
G (50x62cm)
GG (52x64cm)

2.1.4.3.3. Especificações técnicas mínimas:

Descrição do Produto: Camisa modelo Polo, confeccionada em malha Piquet PA, com padrão de qualidade adequado para uso institucional e promocional.

Modelos:

- Masculino: Modelo polo tradicional;
- Feminino: Modelo polo Baby Look.

Características Técnicas da Malha:

- Composição: 50% poliéster e 50% algodão;
- Tratamento: Anti-pilling;
- Proteção solar: UV 50+;
- Gramatura: 200 g/m².

Cor da Camisa:

- Azul institucional ou outra cor a ser definida e informada pela CAIXA.

Acabamentos:

- Punhos: Na mesma cor da malha;
- Peitilho: Sobreposto, com 3 (três) botões na mesma cor da malha.

Personalização:

A personalização deverá ser realizada por bordado, conforme especificações abaixo:

Peito Direito:

- Processo: Bordado;
- Logomarca: “CAIXA” ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- Dimensão: 10 cm x 10 cm.

Peito Esquerdo:

- Processo: Bordado;
- Logomarca: “CAIXA” ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- Dimensão: 10 cm x 10 cm.

2.1.4.3.4. Imagens ilustrativas:



2.1.5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 5

2.1.5.1. Caneta – Modelo 1

2.1.5.1.1. Quantidade: 50.000 (cinquenta mil) unidades

2.1.5.1.2. Tamanho: 1,5 cm x 14,1 cm

2.1.5.1.3. Especificações técnicas mínimas:

Descrição do Produto: Caneta esferográfica em alumínio, com acabamento de qualidade, adequada para uso institucional e promocional.

Características Técnicas:

- Material: Alumínio;
- Mecanismo: Twister (acionamento por rotação);
- Componentes:
 - Clipe metálico;
 - Ponteira touch, compatível com telas sensíveis ao toque.

Personalização

A personalização deverá ser realizada conforme especificações abaixo:

- Processo: Gravação/impresso em 01 (uma) cor;
- Logomarca: “CAIXA” ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- Dimensão da aplicação da logomarca: 0,7 cm x 3,5 cm.

Dimensões do Produto

- Largura: 1,5 cm;
- Comprimento: 14,1 cm.

Embalagem

- Embalagem para armazenamento:
 - Caixa com capacidade para 50 (cinquenta) unidades.

2.1.5.1.4. Imagens ilustrativas:



2.1.5.2. Caneta – Modelo 2

2.1.5.2.1. Quantidade: 50.000 (cinquenta mil) unidades

2.1.5.2.2. Tamanho: 11 x 138 mm

2.1.5.2.3. Especificações técnicas mínimas:

Descrição do Produto: Caneta esferográfica em metal, com acabamento de qualidade superior, adequada para uso institucional e promocional.

Características Técnicas:

- Material: Metal;
- Mecanismo: Twist (acionamento por rotação);
- Componentes:
 - Clipe metálico;
- Desempenho: Capacidade de escrita de até 2 (dois) quilômetros.

Personalização

A personalização deverá ser realizada conforme especificações abaixo:

Caneta:

- Processo: Gravação personalizada;
- Logomarca: “CAIXA” ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- Dimensão da aplicação: 0,6 cm x 2,5 cm.

Embalagem de Veludo (individual):

- Tipo: Embalagem em veludo, nas dimensões 160 mm x 30 mm;
- Personalização: Aplicação da logomarca “CAIXA” ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- Dimensão da aplicação da logomarca: 0,6 cm x 2,5 cm.

Embalagem para Armazenamento

- Tipo: Caixa para acondicionamento coletivo;
- Capacidade: 50 (cinquenta) unidades.

2.1.5.2.4. Imagens ilustrativas:



2.1.6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 6

2.1.6.1. Sacola – Modelo 1

2.1.6.1.1. Quantidade: 20.000 (vinte mil) unidades, sendo 2.000 (duas mil) unidades no tamanho P, 14.000 (quatorze mil) unidades no tamanho M e 4.000 (quatro mil) unidades no tamanho G

2.1.6.1.2. Tamanhos:

P (25,5x18,5x10 cm)

M (25x37x13 cm)

G (37x41,5x12 cm)

2.1.6.1.3. Especificações técnicas mínimas:

Descrição do Produto: Sacola confeccionada em papel Duplex 225 g, colorido, com acabamento de qualidade, adequada para uso institucional e promocional.
Características Técnicas:

- Papel: Duplex 225 g;

- Acabamento: Laminação fosca;
- Alça: Cordão em poliéster, na cor branca ou azul, comprimento curto (40 cm);
- Ilhoses: Na cor branca ou azul, com nó.

Personalização

A personalização deverá ser realizada conforme especificações abaixo:

- Processo: Impressão gráfica;
- Logomarca: “CAIXA” ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;

2.1.6.1.4. Imagens ilustrativas:



2.1.6.2. Sacola – Modelo 2

2.1.6.2.1. Quantidade: 10.000 (dez mil) unidades

2.1.6.2.2. Tamanho: Altura: 25cm X Largura: 20cm X Profundidade: 10cm

2.1.6.2.3. Especificações técnicas mínimas:

Descrição do Produto: Sacola confeccionada em papel kraft 180 g, com acabamento de qualidade, adequada para uso institucional e promocional.

Características Técnicas:

- Papel: Kraft 180 g;
- Cor: Azul ou outra cor conforme padrão Pantone a ser definido pela CAIXA.

Personalização

A personalização deverá ser realizada conforme especificações abaixo:

- Processo: Impressão gráfica;
- Logomarca: “CAIXA” ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;

2.1.6.2.4. Imagens ilustrativas:



2.1.6.3. Pasta A4

2.1.6.3.1. Quantidade: 5.000 (cinco mil) unidades

2.1.6.3.2. Tamanho:

Pasta Fechada: largura 23,7 cm x altura 32,1 cm

Pasta Aberta: largura 47,5 cm x altura: 32,1 cm

2.1.6.3.3. Especificações técnicas mínimas:

Descrição do Produto: Pasta formato A4, confeccionada em papel DuoDesign 300 g, destinada ao acondicionamento de documentos, adequada para uso institucional e promocional.

Características Técnicas:

- Papel: DuoDesign 300 g;
- Formato: A4;
- Acabamento: Laminação fosca;
- Bolso interno:
 - Quantidade: 01 (um) bolso;
 - Dimensões: 23,5 cm (largura) x 10 cm (altura).

Personalização

A personalização deverá ser realizada conforme especificações abaixo:

- Processo: Impressão gráfica;
- Logomarca: "CAIXA" ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- Aplicação da marca: Frente e verso;

2.1.6.3.4. Imagens ilustrativas:



2.1.7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 7

2.1.7.1. Mochila

2.1.7.1.1. Quantidade: 3.000 (três mil) unidades

2.1.7.1.2. Tamanho: Comprimento 28 cm X Altura 40 cm X Largura 11 cm

2.1.7.1.3. Especificações técnicas mínimas:

Descrição do Produto: Mochila confeccionada em poliéster 600D impermeável, adequada para uso institucional e promocional, destinada ao transporte seguro de equipamentos e materiais de trabalho.

Características Técnicas:

- Material: Poliéster 600D, impermeável;
- Compartimento principal: Almofadado, compatível com notebook de até 15,6”;
- Bolso frontal: Com zíper impermeável;
- Bolsos laterais: Em tela;
- Parte posterior: Almofadada, com sistema de apoio acolchoado para as costas;
- Alças: Almofadadas, proporcionando maior conforto no transporte.

Personalização

- Elemento de personalização: Placa metálica com imã, para fácil aplicação;
- Processo: Gravação a laser;
- Logomarca: “CAIXA” ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- Dimensão da gravação: 4,5 cm x 1 cm.

2.1.7.1.4. Imagens ilustrativas:



2.1.8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 8

2.1.8.1. Cordão de crachá

2.1.8.1.1. Quantidade: 20.000 (vinte mil) unidades

2.1.8.1.2. Tamanho: 85 cm X 2,5 cm

2.1.8.1.3. Especificações técnicas mínimas:

Descrição do Produto: Cordão para crachá com manuseio, destinado ao uso institucional, confeccionado com material resistente e acabamento adequado para uso contínuo.

Características Técnicas:

- Material: 100% poliéster acetinado;
- Processo de impressão: Impressão digital / sublimação em ambos os lados da fita, sem limite de cores.

Acabamento:

- Fecho tipo mosquete giratório em metal.

Personalização

- Logomarca: “CAIXA” ou outra logomarca institucional a ser encaminhada pela CAIXA;
- A personalização deverá obedecer rigorosamente às artes e padrões fornecidos pela CAIXA.

Acondicionamento

- Tipo: Embalagem plástica resistente;
- Forma: Individual e lacrada.

2.1.8.1.4. Imagens ilustrativas:



2.1.9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 9

2.1.9.1. Pin de Lapela

2.1.9.1.1. Quantidade: 30.000 (trinta mil) unidades

2.1.9.1.2. Tamanho: até 3,0 cm X 3,0 cm

2.1.9.1.3. Especificações técnicas mínimas:

Descrição do Produto:

Pin promocional confeccionado em metal (aço carbono), acompanhado de cartela em papelão e saquinho plástico individual, destinado a ações institucionais e promocionais.

Características Técnicas do Pin:

- Material do pin: 100% metal (aço carbono);
- Material do fecho: silicone
- Formato do desenho e cores: Formato a ser definido pela CAIXA, admitindo diferentes recortes e diferentes cores;
- Acabamento:
 - Baixo relevo;
 - Corte especial;

Cartela de Papelão (Suporte):

- Material: Papelão OS 0,50;
- Dimensões: 3,5 cm x 5,5 cm;
- Impressão: cores diversas;
- Acabamento:
 - Cantos arredondados;
 - 01 (um) furo central para fixação do pin;
- Personalização:
 - Aplicação de logomarca a ser definida pela CAIXA;
 - Tamanho máximo da logomarca: até 3 cm;
 - Posicionamento: a 1 cm da margem superior da cartela.

Manuseio e Acondicionamento

- Manuseio:
 - Fixar o pin na cartela de papelão;
 - Inserir o conjunto em saquinho plástico individual;
 - Selagem do saquinho.

As cores poderão ser alteradas conforme definição da CAIXA.

2.1.9.1.4. Imagens ilustrativas:



2.1.10. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 10**

2.1.10.1. **Caderno com elástico**

2.1.10.1.1. Quantidade: 30.000 (trinta mil) unidades

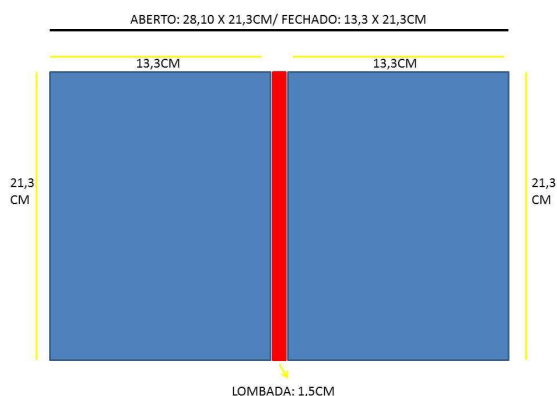
2.1.10.1.2. A CONTRATADA fornecerá no mínimo 1.000 unidades do item, por pedido, caso demandada.

2.1.10.1.3. Especificações técnicas mínimas:

Capa:

Impresso em papel couché fosco 150g, certificado FSC, impressão 4/0 cores, com laminação Soft Touch, com cantos arredondados nas 04 extremidades, raio de 7mm. Revestimento interno da capa em papelão Panamá com 1,6 mm de espessura, debrum e colagem.

- Formato aberto: 28,1 cm x 21,3 cm.
- Formato fechado: 13,3 cm x 21,3 cm.
- Lombada: 1,5 cm X 21,3 cm.



Miolo

240 páginas, impressão em papel Pólen Soft, Book Millennium, Chambril Avena, Chamois Bulk ou Lux Cream de 80g, em tonalidade marfim ou creme, com certificado FSC, 4/4 cores (conforme arte a ser enviada pela CAIXA), com cantos arredondados, com acabamento costurado e colagem.

- Formato fechado: 13 cm x 21 cm.

Guarda dianteira

Em papel color Plus Marfim, Artístico Milleniumrdi ou Criacor da Multiverde, com 120 a 140g de gramatura, em tonalidade marfim ou creme, com certificado FSC, impresso 4/4 cores, com cantos arredondados nas 4 extremidades, raio de 7 mm.

- Formato: 26 cm x 21 cm

Guarda traseira

Em papel color Plus Marfim, Artístico Milleniumrdi ou Criacor da Multiverde, com 120 a 140g de gramatura, em tonalidade marfim ou creme, com certificado FSC, sem impressão, com cantos arredondados nas 4 extremidades, raio de 7 mm.

- Formato: 26 cm x 21 cm.

Fita marcadora

Em poliéster com efeito degrade (impressão multicolor/digital), termo soldado (para não desfiar)

- Formato 30 cm x 0,7 cm.

Contracapa

Será fixado um elástico tipo “chato” modelo Clívia 8 em cor a ser definida posteriormente, nas medidas de 28 cm x 0,8 cm, sem personalização. A fixação será feita pela inserção das duas pontas do elástico em dois furos na contracapa, colado com cola Hot Melt por dentro do forro da guarda. Com elástico porta canetas tipo “chato”, medindo 1,5 cm de largura x 54 mm de comprimento sem personalização, em cor a ser definida posteriormente, dobrada e colado a uma base de PET (politereftalato de etileno) 0,30 mm de espessura, para garantir maior durabilidade durante o manuseio (conforme imagens abaixo). Fixado na capa com cola a base de cianoacrilato entre o papelão e a guarda.

a. Porta Caneta elástico



Porta caneta Elástico:

Fita elástica com espessura máxima de 0,5 mm, largura de 15 mm e comprimento de 54 mm, em cor a ser definida posteriormente, dobrada e colada a uma base de PET (politereftalato de etileno) 0,30 mm de espessura.

b. Papelão da contracapa



Papelão 1,6 mm

Cartão duplex 250 g/m

Acabamento papelão da contracapa: Corte vinco e acoplagem em cartão duplex 250 g/m², criando um espaço para acondicionar o porta caneta e proporcionar um perfeito acabamento

c. Capa Dura 3 peças



Capa Dura 3 peças:

PARTE 02 LOMBADA - 01 peça de Kraft 300 g/m², no formato 9 x 140 mm.

d. Vista da parte interna da contracapa (antes da colagem da guarda):



Elástico tipo fita

Elástico sem ponteira metálica ou ilhós, embutido entre o papelão e a guarda na capa, com cola Hot Melt.

Porta Caneta elástico

Fixado na capa com cola a base de cianoacrilato entre o papelão e a guarda, desta forma o porta caneta não se desprende da capa e não danifica a guarda durante o manuseio, inserção e retirada da caneta, mesmo que seja submetido a esforço.

Artes

As artes das capas e demais partes do material promocional serão fornecidas à CONTRATADA a cada encomenda solicitada pela CAIXA.

Embalagem individual - o caderno com elástico deve ser entregue montado em embalagem individual nas especificações abaixo:

Embalagem individual Tipo cartucho - em papel Triplex 250g certificado FSC, impresso a 4x0 cores, verniz de máquina fosco frente, recortado com faca especial, colagem lateral + inserção dos cadernos.

- Formato aberto: 32,5 cm x 28 cm
- Formato fechado: 13,8 cm x 21,5 cm x 1,9 cm (lombada)

Embalagem com aplicação da logomarca CAIXA ou outra logomarca a ser enviada à CONTRATADA, em frente e verso - medida 5,8 cm x 1,2 cm.

A revisão e conferência das informações de texto deve ser realizada pela CONTRATADA no sentido de identificar e indicar possíveis erros ortográficos do material a serem corrigidos.

2.1.10.1.4. Imagens ilustrativas:



2.1.10.2. Caderno capa dura

2.1.10.2.1. Quantidade: 30.000 (trinta mil) unidades

2.1.10.2.2. A CONTRATADA fornecerá no mínimo 1.000 unidades do item, por pedido, caso demandada.

2.1.10.2.3. Especificações técnicas mínimas:

Caderno Formato: 17 cm X 24 cm.

Capa: capa tipo dura, em papelão Paraná, espessura 1,3 mm, revestido com papel Alta alvura 150 g, impresso 4x0 cores.

Miolo: 192 páginas (96 folhas), impressão 1x1 cor (Pantone), em papel Off Set 70g, sendo as primeiras 8 páginas contendo: dados pessoais, calendários, planejamento anual e trimestral. Demais páginas pautadas e personalizadas com logomarca CAIXA ou outra logomarca a ser enviada à CONTRATADA.

Acabamento: wire-o.

Artes: As artes das capas e demais partes do material promocional serão fornecidas à CONTRATADA a cada encomenda solicitada pela CAIXA.

Embalagem individual - O caderno capa dura deve ser entregue montado em embalagem individual nas especificações abaixo:

Embalagem individual: Tipo Cartucho, em papel Triplex 250g certificado FSC, impresso 4x0 cores, verniz de máquina frente, recortada com faca especial, colagem lateral e inserção dos cadernos.

- Formato Aberto: 45,5 cm x 34 cm.

Embalagem com aplicação da logomarca CAIXA ou outra logomarca a ser enviada à CONTRATADA, em frente e verso - medida 5,8 cm x 1,2 cm.

A revisão e conferência das informações de texto deve ser realizada pela CONTRATADA no sentido de identificar e indicar possíveis erros ortográficos do material a serem corrigidos.

2.1.10.2.4. Imagens ilustrativas:



2.1.10.3. Caderno emborrachado

2.1.10.3.1. Quantidade: 30.000 (trinta mil) unidades

2.1.10.3.2. A CONTRATADA fornecerá no mínimo 1.000 unidades do item, por pedido, caso demandada.

2.1.10.3.3. Especificações técnicas mínimas:

Caderno formato:

- Formato Aberto (Capa): 36 cm x 28 cm;

- Formato Fechado: 15 cm x 21 cm.

Capa: capa tipo dura, em papelão Paraná, espessura 1,6 mm, revestido com Papel Especial Percalux Azul 100 g, impresso 5x0 cores. Acabamento com imã de neodímio (1,5 cm) dentro da forração.

Fecho Imantado da capa: lâmina em PVC branco 0,5, impresso 5x5 cores, formato aberto: 7 cm x 3 cm, recortado com faca especial, aplicação de dupla face (10x30mm), verniz Prime frente e verso. Com aplique em Papel Cartão Paraná 18, formato 4 cm x 2,5 cm, impressão 1x0 cores, recortado com faca especial, inserção de imã neodímio (1,5 cm), colado no PVC.

Guardas: 2 guardas em papel Color Plus Marfim 120 g, impresso 4x4 cores.

Miolo: 192 páginas, impressão 1x1 cor (Pantone), em papel Polen natural 80g, páginas pautadas e personalizadas com logomarca CAIXA ou outra logomarca a ser enviada à CONTRATADA.

Acabamento: wire-o.

Artes: As artes das capas e demais partes do material promocional serão fornecidas à CONTRATADA a cada encomenda solicitada pela CAIXA.

Embalagem individual - O caderno emborrachado deve ser entregue montado em embalagem individual nas especificações abaixo:

Embalagem individual tipo Cartucho, em papel Triplex 250 g certificado FSC, impresso 4x0 cores, verniz de máquina frente, recortada com faca especial, colagem lateral e inserção dos cadernos.

- Formato Aberto: 35 cm x 29 cm.

Embalagem com aplicação da logomarca CAIXA ou outra logomarca a ser enviada à CONTRATADA, em frente e verso - medida 5,8 cm x 1,2 cm.

A revisão e conferência das informações de texto deve ser realizada pela CONTRATADA no sentido de identificar e indicar possíveis erros ortográficos do material a serem corrigidos.

2.1.10.3.4. Imagens ilustrativas:



- 2.2. Os leiautes ou artes finais a serem aplicados nos materiais promocionais serão fornecidos pela CAIXA à CONTRATADA, juntamente com os pedidos, por e-mail, após a formalização contratual ou emissão da Ordem de Fornecimento.
- 2.3. As especificações técnicas indicadas representam requisitos mínimos de qualidade, sendo admitidas soluções equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam à funcionalidade, durabilidade, padrão institucional e finalidade do objeto.

3. LOCAL DE ENTREGA

- 3.1 O Material Promocional, objeto desse TR deverá ser entregue no endereço: SIA Trecho 04, lote 70/40 – Zona Industrial (Guará) - Brasília/DF - CEP: 71200-041 ou endereço indicado pela CAIXA na Ordem de Fornecimento de Serviço ou contrato, em qualquer endereço da capital do Brasil. Telefones de contato: (61) 3206-9728, (61) 3206-9037 ou 3206-6938. Aos cuidados de Celmar Batista da Silva.

4. PRAZO DE ENTREGA

- 4.1. PRAZO DE EXECUÇÃO E ENTREGA – ITEM 4 – CAMISAS
- 4.1.1. A CONTRATADA terá o prazo máximo de até 25 (vinte e cinco) dias corridos para entrega de cada remessa dos materiais promocionais, a partir da disponibilização das especificações pela CAIXA e da formalização via Ordem(ns) de Fornecimento(s) de Serviço e/ou Contrato(s).
- 4.2. PRAZO DE EXECUÇÃO E ENTREGA – ITEM 10 – CADERNOS
- 4.2.1. A CONTRATADA terá o prazo máximo de até 35 (trinta e cinco) dias corridos para entrega de cada remessa dos materiais promocionais, a partir da

disponibilização das especificações pela CAIXA e da formalização via Ordem(ns) de Fornecimento(s) de Serviço e/ou Contrato(s).

4.3. PRAZO DE EXECUÇÃO E ENTREGA – ITENS 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9

4.4. A CONTRATADA terá o prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos para entrega de cada remessa dos materiais promocionais, a partir da disponibilização das especificações pela CAIXA e formalização via Ordem(ns) de Fornecimento(s) de Serviço e/ou Contrato(s).

4.5. Excepcionalmente, a CAIXA poderá solicitar remessa de material promocional, com formalização via Ordem(ns) de Fornecimento(s) de Serviço e/ou Contrato(s), com prazos menores, mediante comum acordo.

4.5.1. Os prazos de entrega dos itens poderão ser alterados por expressa autorização da CAIXA, mediante concordância da CONTRATADA.

5. ACONDICIONAMENTO DO MATERIAL

5.1 O material listado deve ser acondicionado em caixas de papelão simples ou ondulado pardo reforçado, com alta resistência para transporte e armazenamento, embalagem individual de papel kraft, plástico simples individual de proteção e/ou plástico bolha. As caixas deverão ser reforçadas, não podendo ultrapassar peso que danifique o material.

5.2 Para todo o material, o fornecedor deverá fazer constar na face lateral externa das caixas de papelão, mediante afixação de etiqueta ou gravação na própria embalagem com medida mínima de 120mm de largura x 80mm de altura, em letras de tamanho grande, adequado e de fácil leitura, os seguintes dados:

Número da Unidade: 5154 – Nome da Unidade: GEPOC – Unidade da Federação: DF
Nome do material "Material Promocional CAIXA 2026 – (informar o tipo de material)"
Quantidade contida em cada caixa:
Volume / numeração sequencial do volume:
Número e Data (mês/ano) da Ordem de Fornecimento e/ou Contrato:
Nome da Fornecedora / Contratada e CNPJ (caso não constem impressos na caixa de papelão)

6. A PRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS PARA A LICITAÇÃO

6.1. A solicitação e a avaliação de amostras ou protótipos ocorrerão exclusivamente após a fase de julgamento da habilitação, sendo exigidas apenas do licitante vencedor ou da empresa integrante do cadastro reserva que venha a ser convocada, e antes da assinatura do contrato. Tal procedimento visa assegurar a conformidade do material ofertado com as especificações técnicas estabelecidas, sem restringir a competitividade do certame e em observância aos princípios da isonomia e da impessoalidade.

6.2. Quando formalmente convocada, a empresa deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, 04 (quatro) amostras de cada item de material promocional, sem qualquer ônus para a CAIXA, para fins de análise e aprovação. As amostras deverão ser confeccionadas com base no leiaute ou arte a ser disponibilizado pela CAIXA, exclusivamente para avaliação da aderência técnica e da qualidade do material.

6.3. As amostras deverão ser entregues na unidade da GEPOC – GN Promoção e Cultura, no endereço abaixo, conforme orientações da convocação.

Endereço:

GEPOC – GN Promoção e Cultura, localizada no endereço:
SBS Quadra 4, Lote 3/4, 17º andar – Ed. Matriz I, Setor Bancário - Brasília/DF
CEP: 70092-900
Telefones de contato: (61) 3206-9728, (61) 3206-9037 ou 3206-6938.

6.4. A embalagem deverá conter identificação clara e padronizada, incluindo:

- I. número do processo licitatório e data;
- II. identificação do item, tipo e modelo;
- III. razão social da empresa e contatos;
- IV. nome do responsável pelo envio das amostras.

6.5. As amostras serão avaliadas quanto à aderência às especificações técnicas do Termo de Referência, à qualidade dos materiais, à correta aplicação das logomarcas CAIXA e à adequação das embalagens para transporte e armazenamento. Será considerado aprovado o material que atender integralmente aos requisitos definidos, sendo a apresentação prévia das amostras medida necessária para mitigação de riscos de fornecimento em desconformidade e de impactos à imagem institucional.

6.6. Em caso de reprovação, será concedido novo prazo de até 5 (cinco) dias corridos para ajustes e reapresentação das amostras. Persistindo as inconformidades, as amostras serão rejeitadas em caráter definitivo, com consequente desclassificação da proposta. A adjudicação do objeto ficará condicionada à aprovação das amostras, bem como será passível de desclassificação o licitante que deixar de apresentá-las ou o fizer fora do prazo estabelecido.

6.7. Durante a vigência contratual, a CAIXA reserva-se o direito de realizar avaliações dos materiais fornecidos, a fim de verificar sua conformidade com as amostras aprovadas, sem ônus adicional à contratada. As amostras aprovadas servirão como parâmetro de conferência, podendo ser faturadas no primeiro pedido. As amostras não aprovadas deverão ser retiradas pela contratada no prazo de até 7 (sete) dias úteis após comunicação formal.

- 6.8. Não há impedimento à participação de interessados no acompanhamento da análise das amostras, reforçando a transparência do procedimento.

7. DA MODIFICAÇÃO DO OBJETO

- 6.1 A CAIXA poderá, a seu exclusivo critério, até a data de formalização da encomenda, introduzir pequenas modificações nas especificações contidas no item 2 – Especificações do Objeto, desde que as alterações não impliquem em modificação do preço.
- 6.2 Nesse caso, a CONTRATADA deverá apresentar novas amostras à CAIXA, para análise, dentro de 10 (dez) dias corridos, contados da data do pedido, sem prejuízo do prazo estabelecido para entrega total da encomenda.
- 6.3 Novas amostras também poderão ser solicitadas pela CAIXA na formalização da encomenda em caso de alteração de leiaute do material.
- 6.4 Não será computado no prazo de entrega o período em que o material estiver em poder da CAIXA para essa aprovação.

8. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. A CONTRATADA deverá transmitir, por escrito, para os endereços eletrônicos gepoc@caixa.gov.br , gepoc05@caixa.gov.br e gepoc08@caixa.gov.br , informações sobre a remessa do material encomendado, seja total ou parcial, com antecedência de 02 (dois) dias úteis da entrega, especialmente quanto à:
- Data de despacho;
 - Código de rastreamento;
 - Quantidade remetida;
 - Modelo;
 - Número da nota fiscal;
 - Número da Ordem de Fornecimento de Serviço;
 - Destino;
 - Nome da transportadora;
 - E data prevista para a chegada do material ao destino.
- 8.2. O protocolo com o ateste de recebimento deverá ser encaminhado por e-mail para gepoc@caixa.gov.br , gepoc05@caixa.gov.br e gepoc08@caixa.gov.br em até 24 horas após a entrega do material, respeitado o prazo de entrega contratual.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1. Será designado representante (ou unidade) da CAIXA para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano,

bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CAIXA ou de seus agentes e prepostos.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

12. GARANTIA DO FORNECIMENTO

- 12.1. A garantia dos materiais promocionais será de responsabilidade da CONTRATADA, compreendendo qualquer defeito de fabricação, erro de impressão, de acabamento, ou quaisquer falhas na confecção dos materiais que prejudiquem a sua utilização, durante período de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do objeto pela CAIXA.
- 12.1.1. A CONTRATADA providenciará por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação, durante período de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do objeto pela CAIXA.
- 12.2. A qualidade do material fornecido será avaliada previamente à contratação, na fase da Apresentação de Amostras e nas entregas dos materiais, por meio de análise de amostras, estando cientes os contratados que o não atendimento das especificações técnicas implicará na impugnação dos materiais.
- 12.3. Visto que a análise da qualidade do material é feita por amostragem, a CONTRATADA fica ciente de que os materiais promocionais que não apresentarem o desempenho esperado deverão ser substituídos num prazo de 10 (dez) dias úteis, mesmo após sua aceitação e pagamento pela CONTRATANTE.

13. DO PAGAMENTO PELO FORNECIMENTO

- 13.1. A CAIXA, após recebimento do documento fiscal e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, no 10º (décimo) dia útil a contar da data da entrega do objeto aceito pela CAIXA, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.
- 13.2. Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à CONTRATADA para as correções necessárias, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento, da data da sua reapresentação.
- 13.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.5. A Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos materiais entregues, além de ateste de recebimento devidamente assinado, comprovando que todo o material foi entregue no período, deverá ser encaminhada para a GN Promoção e Cultura (GEPOC) para os e-mails: gepoc@caixa.gov.br e gepoc08@caixa.gov.br
- 13.5.1. Impreterivelmente, a NF-e deverá fazer referência, no campo pertinente à discriminação do fornecimento/serviço, as seguintes informações:
- a) A discriminação detalhada dos serviços prestados (quantitativo, valores unitários e valor total);
 - b) O nº. do contrato;
 - c) O nº. da Ata de Registro de Preços.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- I – efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal ou fatura, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- II - responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não

excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

III - responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

IV - arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do Contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA;

V - responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

VI - executar o serviço dentro dos padrões estabelecidos pela CAIXA, de acordo com o especificado neste Termo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condições aqui estabelecidas;

VII - efetuar a entrega dos materiais promocionais dentro do expediente normal de funcionamento da CAIXA (10:00 às 17:00 hs - dias úteis);

VIII - a falta de quaisquer dos materiais, cujo fornecimento é de incumbência da CONTRATADA, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

IX - comunicar imediatamente à CAIXA quaisquer alterações ocorridas nas informações para contato: telefone, celular, e-mail, endereço físico, conta bancária e outros itens que julgar necessários para recebimento de comunicações e/ou pagamentos;

X – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a qualquer tempo e sem ônus para a CAIXA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, toda ou parte da remessa do fornecimento nos casos em que o objeto estiver em desacordo com as especificações deste contrato e anexos ou apresentar defeitos, vícios, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

XI - comunicar à CAIXA, imediatamente ao conhecimento da data que ensejar atraso na entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

XII - apresentar documento de confirmação de inspeção e checagem sobre o material manufaturado, cumprindo rigorosamente as especificações, prazos e demais condições estabelecidas, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos causados à CAIXA ou a terceiros ocasionados por falhas ou imperfeições;

XIII - arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais promocionais até o(s) local(is) de entrega;

XIV - recrutar e contratar mão de obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade com a CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a CAIXA;

XV - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

XVI - apresentar todas as comprovações exigidas na habilitação, como atestado(s), certidão(ões) e declaração(ões), dentro do prazo estipulado e mantê-las atualizadas durante todo o período do contrato;

XVII - gerir suas atividades com base nos princípios da Responsabilidade Social adotados pela CAIXA, de forma a gerar resultados sustentáveis ao longo do contrato;

XVIII - indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, responsável pela comunicação e demais tratativas com a CAIXA;

XIX - promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir;

XX - cabe-lhe, ainda, o ônus integral decorrente da fiscalização de seus empregados, não se eximindo das suas obrigações, independente das ações de fiscalização exercidas pela CAIXA;

XXI - por iniciativa própria ou por solicitação da CAIXA, a CONTRATADA deverá substituir imediatamente todo e qualquer empregado/prestador de serviços alocado nas atividades objeto deste contrato e cujo comportamento não condiga com as regras/normas de conduta estabelecidas pela CAIXA, ou nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do objeto descrito neste Termo de Referência;

XXII - os empregados/prestadores de serviços da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CAIXA, ficando sob a responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos e obrigações previstos nas legislações trabalhista, fiscal, de previdência social, de acidentes de trabalho e correlatas, assim como os seguros, taxas e demais obrigações empregatícias vigentes e futuras;

XXIII - fornecer e disponibilizar periodicamente, ou quando solicitado pela CAIXA, informações e documentos relativos à execução do objeto contratado;

XXIV - pagar fornecedores, gerir o processo de prestação de contas dos serviços executados e apresentar documentação pertinente dentro dos prazos estabelecidos;

XXV - conservar sob sua guarda, e de forma adequada, os documentos produzidos na execução do contrato, e sempre fornecê-los de imediato à CAIXA quando por ela requeridos;

XXVI - ter responsabilidade social e empresarial, por meio de uma gestão voltada para a ética nas relações com os fornecedores, transparência com todos os públicos, e consumo consciente e sustentável;

XXVII - caso seja solicitada, comprovar a implantação de programa de coleta seletiva de resíduos e o seu encaminhamento, de forma adequada, para reciclagem;

XXVIII - Apresentar declaração das ações de boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais, nas atividades diárias e nas atividades empresariais, quanto aos critérios de sustentabilidade, constantes no item 16 deste instrumento;

XXIX - Fragmentar qualquer material personalizado que venha a ser descartado pelo controle de qualidade, durante a produção ou rejeitado após a entrega, como forma de evitar a responsabilização pelo uso indevido de material com a imagem da CAIXA.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. A CAIXA obriga-se a:

I - disponibilizar as marcas em arquivo vetor e os leiautes em arquivo JPEG;

II - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da contratada nas dependências da CAIXA;

III - verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

IV - notificar formalmente o CONTRATADO de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto, oportunizada a defesa prévia;

V - efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e nos contratos dela decorrentes;

VI - promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

VII - indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato;

VIII - exercer a fiscalização e acompanhamento dos Contratos por meio do representante.

- 15.2. A CAIXA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas no contrato firmado entre as partes, pela inexecução total ou parcial do objeto, ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente e do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA:

- i. multa;
- ii. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

- 16.2. No caso de recusa injustificada ou de não atendimento, dentro do prazo legal, à convocação da CAIXA para assinatura dos contratos, o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do fornecimento não atendido, objeto do contrato não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.

- 16.3. A multa prevista poderá ser aplicada de forma cumulativa, nas situações, condições e percentuais indicados na minuta da Ata de Registro de Preços, observado o contraditório e a ampla defesa.
- 16.4. Além da multa prevista no item anterior, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:
- a) O descumprimento do prazo de entrega ensejará multa calculada sobre o valor total do pedido ou contrato em atraso, nos seguintes percentuais:
 - i. 2% (dois por cento), para atraso de 1 (um) a 15 (quinze) dias;
 - ii. 3% (três por cento), para atraso de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias;
 - iii. 5% (cinco por cento), para atraso superior a 31 (trinta e um) dias.
 - b) No caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, a CAIXA poderá, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato, permanecendo a contratada sujeita às demais sanções aplicáveis.
- 16.5. Pelo descumprimento de quaisquer outras obrigações assumidas, considerada a natureza e a gravidade da infração, poderão ser aplicadas as sanções previstas na legislação vigente e nas normas internas da CAIXA.

17. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE MULTAS – PRSAC

- 17.1. Serão aplicadas as penalidades previstas neste instrumento quando caracterizado o descumprimento das obrigações relativas à Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, assumidas pela contratada na execução do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente e das normas internas da CAIXA.
- 17.2. Pelo descumprimento da legislação social, ambiental ou climática, ocorrido durante a execução do contrato e relacionado às atividades contratadas, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 17.3. Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor da CAIXA, devidamente apurada em processo administrativo regular, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas previstas na legislação e nas normas internas aplicáveis.

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 18.1. Para todos os itens objeto deste instrumento, a contratada deverá apresentar declaração das ações de boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e nas atividades empresariais, quanto aos critérios de sustentabilidade abaixo:
- 18.2. Otimizar os recursos materiais, gerando menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 18.3. Reduzir os desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- 18.4. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 18.5. Destinar adequadamente os resíduos gerados nas atividades diárias.
- 19. GRAU DE CRITICIDADE EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD).**
- 19.1. A demanda foi classificada com grau de criticidade BAIXO em relação à segurança da informação.
- 19.2. A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.
- 19.3. A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 19.4. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 19.5. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 19.6. A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

- 19.7. A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 19.8. A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 19.9. A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.
- 19.10. A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 19.11. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade

20. CLÁUSULA DE CONFIDENCIALIDADE

- 20.1. É vedada à CONTRATADA, bem como os seus empregados, corpo gerencial e diretivo, além de outros empregados contratados por empresas terceirizadas, estagiários e afins divulgar, explorar ou comercializar as logomarcas e artes apresentadas de que teve conhecimento.
- 20.2. O disposto na presente Cláusula prevalecerá, sempre, em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as PARTES quanto ao sigilo de informações confidenciais, tais como aqui definidas.
- 20.3. A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste termo, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.
- 20.4. A quebra da confidencialidade, devidamente comprovada, sem autorização expressa da CAIXA, possibilitará a imediata rescisão do Contrato firmado entre as PARTES, sem qualquer ônus para a CAIXA.
- 20.5. A CONTRATADA, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CAIXA, inclusive as de ordem moral ou

concorrencial, bem como as de responsabilidade civil e criminais respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial e/ou administrativo.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. Quaisquer comunicações, modificações e intimações relativas ao cumprimento do contrato, deverão ser feitas por escrito, e-mail, notificações judiciais ou extrajudiciais, encaminhadas aos endereços das partes.

ANEXO II**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

LICITAÇÃO CAIXA Nº 0172/2026

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de materiais promocionais, brindes e presentes institucionais, com abrangência nacional, de acordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos.

OBSERVAÇÃO: O LICITANTE DEVERÁ PREENCHER UMA PROPOSTA COMERCIAL PARA CADA ITEM DE PARTICIPAÇÃO E ANEXAR SEPARADAMENTE NO SISTEMA

ITEM 1

Item	Material	Quantitativo Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Boné telado	30.000		
	Boné em brim	50.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 1				(*)

(*) Valor que deverá ser digitado na proposta de preços no Portal de Licitações CAIXA.

VALOR GLOBAL DO ITEM 1: R\$ _____ (valor por extenso)

ITEM 2

Item	Material	Quantitativo Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
2	Boné premium	15.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 2				(*)

(*) Valor que deverá ser digitado na proposta de preços no Portal de Licitações CAIXA.

VALOR GLOBAL DO ITEM 2: R\$ _____ (valor por extenso)

ITEM 3

Item	Material	Quantitativo Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
3	Sacochila	20.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 3				(*)

(*) Valor que deverá ser digitado na proposta de preços no Portal de Licitações CAIXA.

VALOR GLOBAL DO ITEM 3: R\$ _____ (valor por extenso)

ITEM 4

Item	Material	Quantitativo Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
4	Camiseta de algodão	100.000		
	Camisa Polo - Modelo 1	15.000		
	Camisa Polo - Modelo 2	10.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 4				(*)

(*) Valor que deverá ser digitado na proposta de preços no Portal de Licitações CAIXA.

VALOR GLOBAL DO ITEM 4: R\$ _____ (valor por extenso)

ITEM 5

Item	Material	Quantitativo Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
5	Caneta – Modelo 1	50.000		
	Caneta – Modelo 2	50.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 5				(*)

(*) Valor que deverá ser digitado na proposta de preços no Portal de Licitações CAIXA.

VALOR GLOBAL DO ITEM 5: R\$ _____ (valor por extenso)

ITEM 6

Item	Material	Quantitativo Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
6	Sacola – Modelo 1 (P)	2.000		
	Sacola – Modelo 1 (M)	14.000		
	Sacola – Modelo 1 (G)	4.000		
	Sacola – Modelo 2	10.000		
	Pasta A4	5.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 6				(*)

(*) Valor que deverá ser digitado na proposta de preços no Portal de Licitações CAIXA.

VALOR GLOBAL DO ITEM 6: R\$ _____ (valor por extenso)

ITEM 7

Item	Material	Quantitativo Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
7	Mochila	3.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 7				(*)

(*) Valor que deverá ser digitado na proposta de preços no Portal de Licitações CAIXA.

VALOR GLOBAL DO ITEM 7: R\$ _____ (valor por extenso)
-----**ITEM 8**

Item	Material	Quantitativo Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
8	Cordão de crachá	20.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 8				(*)

(*) Valor que deverá ser digitado na proposta de preços no Portal de Licitações CAIXA.

VALOR GLOBAL DO ITEM 8: R\$ _____ (valor por extenso)
-----**ITEM 9**

Item	Material	Quantitativo Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
9	Pin de Lapela	30.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 9				(*)

(*) Valor que deverá ser digitado na proposta de preços no Portal de Licitações CAIXA.

VALOR GLOBAL DO ITEM 9: R\$ _____ (valor por extenso)
-----**ITEM 10**

Item	Material	Quantitativo Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
10	Caderno com elástico	30.000		
	Caderno capa dura	30.000		
	Caderno emborrachado	30.000		
VALOR GLOBAL DO ITEM 10				(*)

(*) Valor que deverá ser digitado na proposta de preços no Portal de Licitações CAIXA.

VALOR GLOBAL DO ITEM 10: R\$ _____ (valor por extenso)
-----**DESCRIÇÃO DETALHADA DE CADA EQUIPAMENTO OFERTADO**, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante.**PRAZO DE GARANTIA DOS MATERIAIS OFERTADOS:** 90 (noventa) dias.**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** ____ (_____) dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 60 dias, conforme item 5.3.5 do Edital)

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

1. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2. Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para o perfeito fornecimento do objeto, inclusive quanto aos critérios de participação (item 2) e habilitação (item 8).
3. O(s) material(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);
4. Para fins de atendimento ao item 8.4.3.2.1 do edital, pretende participar dos seguintes itens **[informar os itens]**.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
Nome/CPF

INSTRUÇÕES:

1. A PROPOSTA DE PREÇO corresponde ao VALOR **GLOBAL POR ITEM**, o qual deve ser digitado, obrigatoriamente, após a anexação desta **Proposta Comercial**, e que representa o valor que será considerado para o julgamento da proposta.
2. A PROPOSTA COMERCIAL deve ser preenchida conforme modelo acima, individualizada por item, sem caracteres tais como figuras, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods e anexada no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>;

2.1 O licitante deverá acessar <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na opção “ÁREA LOGADA” → clicar em “ENTRAR” → realizar login → marcar a modalidade “LICITAÇÃO CAIXA” → escolher a opção “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, localizado no quadro “MINHAS ATIVIDADES” e, no item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.
- 3 – Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

ANEXO II-A

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS

Item	Material	Quantitativo Estimado	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Boné telado	30.000	R\$ 15,20	R\$ 456.000,00
	Boné em brim	50.000	R\$ 15,52	R\$ 776.000,00
	VALOR GLOBAL DO ITEM 1			R\$ 1.232.000,00
2	Boné premium	15.000	R\$ 31,81	R\$ 477.150,00
	VALOR GLOBAL DO ITEM 2			R\$ 477.150,00
3	Sacochila	20.000	R\$ 9,65	R\$ 193.000,00
	VALOR GLOBAL DO ITEM 3			R\$ 193.000,00
4	Camiseta de algodão	100.000	R\$ 19,45	R\$ 1.945.000,00
	Camisa Polo - Modelo 1	15.000	R\$ 30,21	R\$ 453.150,00
	Camisa Polo - Modelo 2	10.000	R\$ 40,91	R\$ 409.100,00
	VALOR GLOBAL DO TEIM 4			R\$ 2.807.250,00
5	Caneta – Modelo 1	50.000	R\$ 3,48	R\$ 174.000,00
	Caneta – Modelo 2	50.000	R\$ 14,89	R\$ 744.500,00
	VALOR GLOBAL DO ITEM 5			R\$ 918.500,00
6	Sacola – Modelo 1 (P)	2.000	R\$ 7,74	R\$ 15.480,00
	Sacola – Modelo 1 (M)	14.000	R\$ 7,48	R\$ 104.720,00
	Sacola – Modelo 1 (G)	4.000	R\$ 9,87	R\$ 39.480,00
	Sacola – Modelo 2	10.000	R\$ 4,19	R\$ 41.900,00
	Pasta A4	5.000	R\$ 3,50	R\$ 17.500,00
	VALOR GLOBAL DO ITEM 6			R\$ 219.080,00
7	Mochila	3.000	R\$ 84,84	R\$ 254.520,00
	VALOR GLOBAL DO ITEM 7			R\$ 254.520,00
8	Cordão de crachá	20.000	R\$ 4,21	R\$ 84.200,00
	VALOR GLOBAL DO ITEM 8			R\$ 84.200,00
9	Pin de Lapela	30.000	R\$ 4,66	R\$ 139.800,00
	VALOR GLOBAL DO ITEM 9			R\$ 139.800,00
10	Caderno com elástico	30.000	R\$ 21,37	R\$ 641.100,00
	Caderno capa dura	30.000	R\$ 18,79	R\$ 563.700,00
	Caderno emborrachado	30.000	R\$ 24,64	R\$ 739.200,00
	VALOR GLOBAL DO ITEM 10			R\$ 1.944.000,00
VALOR GLOBAL TOTAL				R\$ 8.269.500,00

ANEXO III**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº****PROCESSO n.º 533/2026**
LICITAÇÃO CAIXA Nº 0172/2026

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) _____ *[indicar e qualificar o representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação]*, daqui por diante designada **CAIXA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de LICITAÇÃO CAIXA nº 0172/2026, do processo administrativo nº 533/2026, em face da autorização do(a) _____ *(indicar o nome e cargo do autor da autorização)* da **CAIXA** ou nos casos de autorização colegiada informar o ato/nº da Resolução e/ou Ata, p. ex., em face da autorização do Conselho Diretor da **CAIXA**, conforme Ata nº ____), de ____/____/____, RESOLVE registrar o preço da empresa (ou do consórcio) _____ *[indicar o nome da empresa em caixa-alta e negrito]*, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, com sede na _____ *(indicar o endereço completo, inclusive CEP)*, neste ato representada(o) por _____ *(indicar e qualificar o representante do fornecedor)*, doravante designada **FORNECEDOR**, nas quantidades estimadas anuais, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023, e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e aos preceitos de Direito Privado, bem como as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para fornecimento de materiais promocionais, brindes e presentes institucionais, com abrangência nacional.

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a CAIXA a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada à detentora do registro, primeira colocada, a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da presente Ata será de 01 (um) ano, a contar de dd/mm/aaaa, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.

Parágrafo Primeiro – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.

Parágrafo Segundo – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

A gestão deste instrumento caberá à GN Promoção e Cultura - GEPOC no seu aspecto operacional e à CEFOR, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

Os preços unitários registrados e os quantitativos estimados para cada um dos itens estão elencados na presente ata, conforme segue:

[Adequar conforme a necessidade de cada objeto]

FORNECEDOR

1º CLASSIFICADO: CNPJ

Parágrafo único - O(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro reserva está(ão) relacionado(s) no Anexo I desta Ata. [excluir este parágrafo se não houver cadastro reserva]

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

Os materiais deverão ser entregues em conformidade com a solicitação da CAIXA, nos prazos especificados no item 4 do Anexo I – Termo de Referência, contados da data de assinatura do(s) Contrato(s) pela última parte, na(s) Unidade(s) nele(s) indicada(s).

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

As empresas detentoras do preço registrado poderão ser convidadas a firmar contratações para o fornecimento na ordem de sua classificação, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro – As contratações de que trata este instrumento serão efetuadas por meio de Contratos emitidos pela CAIXA, contendo as informações pertinentes, tais como o nº. da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, os prazos e endereços para entrega/execução.

Parágrafo Segundo – O Contrato será encaminhado ao fornecedor que deverá assiná-lo e devolvê-lo à CAIXA no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro – Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o Contrato, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis, a CAIXA poderá convocar os demais fornecedores registrados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto – A CAIXA fará o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação do fornecimento.

Parágrafo Quinto – Durante a vigência da Ata a CAIXA se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, de modo a comprovar o atendimento às especificações técnicas estabelecidas no Edital e atribuídas pelo FORNECEDOR.

Parágrafo Sexto – Caso seja detectado que o produto entregue não atende às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a CAIXA rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se o FORNECEDOR a providenciar a substituição do produto não aceitos no prazo de 10 (dez) dias úteis, bem como a retirada do material rejeitado.

Parágrafo Sétimo – O aceite/aprovação dos bens pela CAIXA, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pelo FORNECEDOR registrado verificados posteriormente, garantindo-se à CAIXA as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

- I Obedecer rigorosamente ao(s) prazo(s) e o(s) local(is) de entrega, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, bem como as demais disposições previstas nos contratos, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- II Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados no decorrer da vigência da Ata e dos respectivos contratos a serem firmados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;
- III Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, quando da assinatura dos contratos;
- IV Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA no tocante ao objeto contratado, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;
- V Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento previsto neste instrumento, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;

- VI Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a qualquer tempo e sem ônus para a CAIXA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, toda ou parte da remessa do fornecimento nos casos em que o objeto estiver em desacordo com as especificações deste contrato e anexos ou apresentar defeitos, vícios, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sujeitando-se as penalidades cabíveis;
- VII Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso as suas dependências;
- VIII Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste Ata e seus respectivos contratos;
- IX Manter, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- X Manter perante a CAIXA, durante a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;
- XI Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- XII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;
- XIII Observar estritamente a vedação ao nepotismo, sob as penas da lei, declarando neste ato que:
 - a) Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

- b) Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- c) Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- d) Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- f) Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- h) Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
- i) Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - Dirigente da CAIXA;
 - Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
- j) Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

XIV Manter, durante todo o período de vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;

XV Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual;

- XVI Aceitar alterações das condições de fornecimento inicialmente pactuados nos contratos decorrentes da presente Ata, no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA, inclusive transferência da posição contratual para terceiros, quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a CAIXA ou eventual instituição de transição ou para um adquirente definitivo, garantindo a continuidade do fornecimento até o final do contrato.
- XVII Indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização, quando não atendidas as disposições desta Ata e dos respectivos contratos, sendo que a responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;
- XVIII Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes de sua omissão;
- XIX Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XX Assumir defeitos do bem produzido com matéria-prima que o torne impróprio ao uso e sem observância dos requisitos técnicos indispensáveis à boa qualidade e utilização de acordo com a legislação específica;
- XXI Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.
- XXII Comprometer-se a não suspender o fornecimento no caso de devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA;
- XXIII Manter atualizados, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes o cadastro e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- XXIV Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição na execução do objeto, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;
- XXV Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;
- XXVI Manter, pelo prazo da garantia, estoque de peças, componentes e

sobressalentes para reposição, sempre que necessário;

- XXVII Entregar, comprovadamente, produto novo e de 1ª qualidade, não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado;
- XXVIII Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do material até o local de entrega/instalação;
- XXIX Informar nas embalagens de transporte dos bens, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: nome e número da peça, quantidade contida em cada embalagem, se for o caso, número da Ata de Registro de Preços, nº. e data do Contrato e o nome da fornecedora/fabricante;
- XXX Identificar o material, individualmente, afixando etiqueta indelével autoadesiva na parte interna do elemento de sinalização instalado onde constem os dados de identificação da mesma (razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato), e a data (mês e ano) do fornecimento do elemento de sinalização;
- XXXI Prestar garantia total pelo prazo constante da proposta;
- XXXII Providenciar, nos prazos definidos no Termo de Referência – Anexo I, por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante o período de garantia;
- XXXIII Dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;
- XXXIV Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela CAIXA;
- XXXV Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA (https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx);
- XXXVI Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e

- observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XXXVII Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Vigésima Terceira.
- XXXVIII Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do FORNECEDOR, além daquelas previstas neste instrumento e seus anexos:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 76 da Lei 13.303/2016;
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do Contrato pela contratada, as quais serão reembolsadas à CAIXA.
- IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da contratada nas dependências da CAIXA, para a execução das atividades contratadas, durante a vigência do contrato;
- II Notificar formalmente o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento a ser contratado, oportunizada a defesa prévia;

- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata e nos contratos dela decorrentes e no Termo de Referência;
- IV Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
- V Indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos Contratos.
- VI Exercer a fiscalização e acompanhamento dos Contratos por meio do representante especialmente designado.
- VII Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas em lei e neste contrato.

Parágrafo Único – No caso de supressão de bens nos contratos decorrentes da Ata, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA
A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.
- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):
 - a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
 - a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre

responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.

- V Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.
- a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.
- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS

O FORNECEDOR providenciará por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação durante o período de 90 (noventa) dias, a contar da data do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A CAIXA, após recebimento do documento fiscal e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à contratada, no 10º (décimo) dia útil a contar da data da entrega do objeto aceito pela CAIXA, mediante crédito em conta corrente mantida pela contratada, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

Parágrafo Primeiro – O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à contratada a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- a) a identificação completa da CAIXA, com o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do Contrato;

- b) descrição detalhada de todos os itens que compõem o fornecimento de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, quando for o caso, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) pelo fornecimento.

Parágrafo Segundo – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a contratada a suspender o fornecimento.

Parágrafo Terceiro – A CAIXA fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso o FORNECEDOR, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a contratada esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Quarto – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, decorrentes do atraso na entrega do documento fiscal pela contratada, serão cobrados diretamente da contratada.

Parágrafo Quinto – O FORNECEDOR, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

Parágrafo Sexto – A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade do FORNECEDOR.

Parágrafo Sétimo – Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetuará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a contratada será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual e/ou cancelamento do registro de preço do fornecedor.

Parágrafo Oitavo – Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

Parágrafo Nono – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido no Contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M

– Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$VAT = VIN \times (1 + IGP-M1) \times (1 + IGPM-2) \times \dots (1 + IGPM-n)$, onde:

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução dos contratos decorrentes da presente Ata caberá a CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro – A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Segundo – A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência do fornecedor à legislação anticorrupção.

Parágrafo Terceiro – A ausência de fiscalização por parte da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO RESSARCIMENTO

O FORNECEDOR autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos contratos decorrentes da presente Ata independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Primeiro – O FORNECEDOR concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Segundo – O FORNECEDOR concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Terceiro – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que ao fornecedor, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1 + IGP-M1) \times (1 + IGPM-2) \times \dots (1 + IGPM-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva do Fornecedor:

- I todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto dos Contratos, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CAIXA convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo Primeiro – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Parágrafo Segundo – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, conforme Cláusula Quarta desta Ata.

Parágrafo Terceiro – É admitido o reajuste de preços registrados, para mais ou para menos, limitado à variação obtida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado para o fornecimento do bem, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Quarto – Na primeira revisão, o prazo de 12 (doze) meses será contado da data da apresentação da última proposta homologada na licitação. Nas revisões subsequentes, a anualidade será contada da data do fato gerador que deu ensejo à última revisão.

Parágrafo Quinto – A atualização dos preços será realizada para todos os valores da Ata (valor unitário, garantia contratual, dentre outros) e será aplicada sobre os valores registrados.

Parágrafo Sexto – Os contratos decorrentes do acionamento desta Ata que já estiverem assinados antes das revisões de preços não serão alcançados por elas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

A CAIXA poderá cancelar os preços registrados, e rescindir os contratos vinculados a esta Ata, de pleno direito, no todo ou em parte, nas seguintes situações:

- I Quando o Fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- II Quando o Fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa do Contrato decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos artigos 74 e 75 do Regulamento de Licitações e Contratos CAIXA;
- IV Quando o Fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos praticados no mercado;

Parágrafo Primeiro – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Terceiro – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela CAIXA, e neste caso faculta-se a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

Parágrafo Quinto – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativas à execução do objeto desta Ata.

Parágrafo Sexto – Os casos de cancelamento do registro serão formalmente motivados pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da presente Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I Multa;
- II Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro – No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura dos Contratos o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.

Parágrafo Segundo - A multa prevista é aplicável, simultaneamente, com o desconto objeto na cláusula décima terceira, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas nesta Ata.

Parágrafo Terceiro – Além da multa prevista no parágrafo primeiro, serão aplicadas nas situações, condições e percentuais a seguir:

- a) Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato;
- b) Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato;
- c) O descumprimento do prazo de entrega ensejará multa calculada sobre o valor total do pedido ou contrato em atraso, nos seguintes percentuais:
 - i. 2% (dois por cento), para atraso de 1 (um) a 15 (quinze) dias;
 - ii. 3% (três por cento), para atraso de 16 (dezesseis) a 30 (trinta) dias;
 - iii. 5% (cinco por cento), para atraso superior a 31 (trinta e um) dias.
- d) No caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, a CAIXA poderá, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato, permanecendo a contratada sujeita às demais sanções aplicáveis.

e) Pelo descumprimento de quaisquer outras obrigações assumidas, considerada a natureza e a gravidade da infração, poderão ser aplicadas as sanções previstas na legislação vigente e nas normas internas da CAIXA.

Parágrafo Quarto - O Fornecedor autoriza à CAIXA descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos Contratos decorrentes desta Ata e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a CAIXA, e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Quinto – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- e) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) Não manter a proposta;
- i) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- h) Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;

Parágrafo Sexto – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

Parágrafo Sétimo – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

Parágrafo Oitavo – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Parágrafo Nono – A penalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

Parágrafo Décimo – A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista na rubrica orçamentária 5306-07 “Despesas com Promoções e Relações Públicas”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

A rescisão dos contratos decorrentes da Ata ocorrerá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para a contratada;
- III Por determinação judicial;
- IV De forma antecipada pela CAIXA, mediante comunicação escrita à contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro – Constituem motivo para a rescisão unilateral dos contratos:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

- c) O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- e) Inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente;
- g) Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.
- h) Descumprimento das obrigações previstas na Política de prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação da CAIXA.

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

Parágrafo Quinto - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativamente ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Durante a vigência esta Ata poderá ser utilizada por qualquer estatal regida pela Lei 13.303/2016, que não tenha participado do certame licitatório, desde que observadas as seguintes condições:

- I Prévia anuência da CAIXA;
- II Apresentação de justificativa da estatal que demonstre a vantagem da utilização da Ata;
- III A totalidade decorrente de adesões está limitada ao quantitativo máximo de cada item previsto no Edital e registrado nesta Ata, independentemente do número de estatais que aderirem;

- IV Aceitação do Fornecedor beneficiário, observadas as condições estabelecidas nesta Ata e desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes dela, assumidas com a CAIXA;

Parágrafo Primeiro – O órgão e entidade que pretender fazer uso da Ata deve consultar a CAIXA, que avaliará o atendimento às condições exigidas nos incisos do caput desta cláusula e, se atendidas todas, autorizará a adesão.

Parágrafo Segundo – Após a autorização da CAIXA, as estatais deverão efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta Ata.

Parágrafo Terceiro - Compete a estatal os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à CAIXA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente desta Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- II Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações no local de entrega dos produtos, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- III A detentora do preço registrado informará à CAIXA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa;
- IV Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, a CAIXA reserva-se o direito de rescindir a Ata, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social;
- V A CONTRATADA não poderá utilizar o nome da CAIXA, ou sua qualidade de detentora de preço registrado ou de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediato cancelamento desta Ata e do Contrato decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis;
- VI A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e

absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

- VII É vedada a subcontratação para a execução do objeto desta Ata.
- VIII No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.
- IX É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil - ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.
- X A assinatura digital é válida para o documento todo, isto é, para o instrumento contratual e seus anexos, desde que tenham sido remetidos em um mesmo documento para serem assinados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste instrumento, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado de Pernambuco, na cidade de Recife.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

_____, _____ de _____ de _____
Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**

Registro dos licitantes que aceitaram igualar os preços ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

FORNECEDOR 1: CNPJ

FORNECEDOR 2: CNPJ

[incluir todos os fornecedores que manifestaram interesse pelo Portal Licitações CAIXA e apresentaram a proposta ajustada]

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

Combate à Corrupção

1 OBJETIVO

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.1.5 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012.

2.1.6 Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

2.1.7 Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

2.1.8 Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

2.1.9 Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

2.1.10 Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

2.1.11 Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

2.1.12 Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

2.1.13 Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

2.1.14 Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

2.1.15 Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

2.1.16 Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

2.1.17 De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site www.jogoresponsavel.com.br e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

3.3.6 Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR]

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS

O FORNECEDOR DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante
Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:
(_____
Nome/CPF

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de
Local/Data

Assinatura do Responsável

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA – FORNECEDORES**

Razão Social/Nome Fantasia	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO
MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA– FORNECEDORES**

Razão Social/NOME FANTASIA	CNPJ
----------------------------	------

Endereço	Telefone
----------	----------

Nome do Representante Legal	CPF
-----------------------------	-----

1. Está ciente das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA [Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação](#) e que se compromete a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA], além de divulgar o Canal de Denúncias da CAIXA a todos os empregados e prestadores de serviço. Nesse sentido, a CONTRATADA compromete-se a:

- I. Adotar medidas eficazes de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e a qualquer forma de discriminação, inclusive, mas não se limitando, por motivo de raça, cor, etnia, religião, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência, idade ou condição social, no ambiente de trabalho;
- II. Manter conduta compatível com os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e do respeito mútuo, responsabilizando-se por atos praticados por seus prepostos, inclusive terceirizados, no âmbito da execução contratual;
- III. Divulgar, de forma clara e acessível aos seus empregados e prepostos envolvidos na execução do contrato, o Canal de Denúncias da CAIXA, disponível em <https://www.caixa.gov.br/denuncia>, como meio oficial para o reporte de condutas ilícitas, assédio, discriminação e outras violações éticas relacionadas à execução contratual;
- IV. Manter registros e estatísticas de todas as medidas adotadas para cumprimento das obrigações acima, disponibilizando-os à CONTRATANTE sempre que solicitado.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO V**MINUTA DE CONTRATO****Número do Instrumento Contratual** / (Pedido SAP)

CONTRATANTE:

CNPJ:

Endereço:

Representada por: – CPF:

CONTRATADA:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Representada por: - CPF(MF):

1 DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para fornecimento de materiais promocionais, brindes e presentes institucionais, com abrangência nacional, conforme especificação contida na Ata de Registro de Preços e no correspondente Termo de Referência/Caderno de Especificações, Anexo I, no quantitativo abaixo:

Seq.	Item	Qtd.	Unid.	Vlr. unitário	Un. Cx.	Vlr. total	Data remessa

1.2 Endereço de entrega: .

2 DOS PRAZOS

2.1 A entrega/execução do objeto deve ocorrer em horário comercial, salvo situações devidamente acordadas com a contratante, nos quantitativos, locais acima e no prazo indicado na Ata de Registro de Preços.

2.2 O presente contrato terá a vigência em conformidade com o definido na cláusula “DOS PRAZOS” da Ata de Registro de Preços, a contar da data de assinatura pela última parte, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.

3 DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Pela perfeita execução do objeto e obedecidas as demais condições estipuladas neste contrato e na Ata de Registro de Preços , a CAIXA pagará à Contratada os preços acima indicados, perfazendo o valor global de R\$ (), pelo período de vigência da contratação.

3.2 Após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, a CAIXA efetuará o pagamento à Contratada, nos termos e condições definidos na cláusula “DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO” da Ata de Registro de Preços.

4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Observar as condições contratuais constantes da Ata de Registro de Preços , para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4.2 Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes.

5 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

5.1 A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se a atender as disposições estabelecidas na cláusula “DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA” da Ata de Registro de Preços.

6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas constantes da Ata de Registro de Preços .

7 DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 Conforme previsto na cláusula “DA GARANTIA CONTRATUAL” da Ata de Registro de Preços.

8 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista na Ata de Registro de Preços.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Este contrato está vinculado às cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº , bem como à proposta da Contratada, apresentada no correspondente certame.

10 DO FORO

10.1 Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato fica eleito o seguinte Foro da Justiça Federal previsto na Ata de Registro de Preços.

, de de .

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA

OBS: A CONTRATADA DEVERÁ INDICAR O NÚMERO DESTES CONTRATOS NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL.

ANEXO V**DECLARAÇÃO MPE**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF.....,
DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na LICITAÇÃO CAIXA nº
0172/2026, que:

- se enquadra na condição de _____ **(o licitante deve informar se é
microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI),**
nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 **[Quando for microempresa
ou empresa de pequeno porte]** ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de
dezembro de 2006 **[Quando for microempreendedor individual - MEI]**, e não está inserida
em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir
do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa
Nome/CPF

OBS: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante.

ANEXO VI

TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº _____, por meio do seu representante devidamente constituído, para fins do disposto no Edital da Licitação CAIXA n.º 0172/2026.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE,
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DO LICITANTE**

À
**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CECOT**

Referência: Edital Licitação CAIXA nº 0172/2026

A [RAZÃO SOCIAL/NOME], inscrito(a) no [CNPJ/CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE], DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação, por meio do Edital publicado;
2. Se obriga a informar a existência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
3. Preenche todos os requisitos e condições de habilitação constantes do Edital, não se enquadrando em quaisquer das situações de impedimento nele previstas;
4. Tem ciência das condições impostas pela Lei nº 13.726/2018, está ciente que na hipótese de declaração falsa fica sujeita às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, e atesta que os documentos constantes no Portal Licitações CAIXA, apresentados a título de documentação para habilitação no certame (incluindo eventuais diligências) são cópias fiéis dos correspondentes documentos originais;
5. Seu representante devidamente constituído responde por uma única pessoa jurídica, para manifestação nos procedimentos de habilitação e demais fases e atos inerentes à licitação.
6. Tem ciência das disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e da publicação dos documentos fornecidos para habilitação nesta Licitação no Portal da Transparência CAIXA e no PNCP, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e determinação dos Órgãos de Controle Externo.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do proponente ou representante legal]

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta "verificador de conformidade", disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>) ou por meio de Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos.